



EcoHeritage

Módulos de capacitação

EcoHeritage: Ecomuseus como uma abordagem colaborativa para o reconhecimento, gestão e proteção do patrimônio cultural e natural

Projeto Nº: 2020-1-ES01-KA204- 082769



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. Esta publicação reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.


ÍNDICE

Módulo de capacitação 1. Património, Comunidade e Território	3
Módulo de capacitação 2. Ecomuseus & Sustentabilidade	13
Módulo de capacitação 3. Planeamento, Iniciação e Sustentabilidade do Ecomuseu	32
Módulo de capacitação 4. Participação e Cidadania ativa. Processos participativos	48



ECOHERITAGE: ecomuseums as a collaborative approach to recognition, management and protection of cultural and natural heritage.

Project N°: 2020-1-ES01-KA204-082769



Módulo de capacitação 1

Património, Comunidade e Território

Introdução

Orientações do Módulo para o Usuário

Este Módulo de Formação apresenta um enquadramento conceitual geral para os módulos seguintes, de maneira a alcançar um consenso referente aos conceitos e teorias sobre os Ecomuseus contemporâneos. O módulo possui três unidades, cada uma delas focada em questões específicas sobre Património, Comunidade e Território. Inicia-se com um apanhado histórico sobre o desenvolvimento conceitual dos ecomuseus na década de 1960, apresentando exemplos práticos para compreender o ambiente sociopolítico e econômico relacionado ao surgimento de novas teorias e experiências. A segunda unidade concentra-se no papel social dos museus de acordo com abordagens sociomuseológicas. A terceira unidade traz exemplos contemporâneos de ecomuseus orientados para a vida, de modo a inspirar a abordagem prática desenvolvida nos seguintes módulos.

Visão Geral do Módulo

Um conjunto de questões sociopolíticas alimentou o desenvolvimento conceitual dos ecomuseus na década de 1960, observado nas mudanças na compreensão tradicional dos museus: da noção tradicional de museu de “edifício + acervo + visitantes” para a ideia dos ecomuseus de “território + património + populações”. A dinâmica histórica dos anos 60 alargou a compreensão do património e dos museus, destacando questões relacionadas com o património imaterial, o património natural, a comunidade, a coesão social, a sustentabilidade e o desenvolvimento territorial. Este módulo começa com uma discussão histórica sobre o desenvolvimento conceitual de ecomuseus, abordando questões contemporâneas para facilitar o desenvolvimento e a implementação de ecomuseus. O módulo está estruturado em três unidades, dedicadas ao património, comunidade e território. Eles facilitarão a compreensão conceitual e o desenho de estratégias para reconhecer a diversidade de contextos onde os ecomuseus podem ser desenvolvidos, considerando diferentes abordagens localmente e conectando-as a contextos mais amplos. O conceito de ecomuseus foi desenvolvido durante movimentos de contracultura desde a década de 1960 – contestando os museus imperiais e abrindo novas perspectivas relacionadas ao desenvolvimento local. A mesa-redonda de Santiago do Chile, em 1972, e a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) convergiram no saber acadêmico, resultando em discussões recentes desenvolvidas sob o conceito de sociomuseologia – corrente de pensamento presente principalmente em contextos ibero-americanos. Este módulo irá alargar a discussão centrando-se nos três pilares principais dos ecomuseus: o património, o território e a comunidade. Os seguintes módulos conectarão a estrutura conceitual a perspectivas práticas.

Metas & Objetivos do Módulo

O objetivo deste módulo é oferecer uma abordagem conceitual sobre os ecomuseus a partir de casos específicos relacionados a desenvolvimentos sociopolíticos desde a década de 1960. Espera-se que este enquadramento geral encoraje os participantes a desenvolverem os seus próprios projetos e a partilharem experiências nos módulos seguintes.

Objetivo Geral:

Proporcionar aos participantes uma compreensão geral dos conceitos relativos aos ecomuseus, centrando-se na compreensão contemporânea do património, da comunidade e do território.

Objetivo Específico 1:

Compreender o percurso histórico dos conceitos de património e ecomuseus desde a década de 1960.

Objetivo Específico 2:

Compreender a dimensão social dos ecomuseus, relacionada com a resolução dos problemas das comunidades.

Objetivo Específico 3:

Reconhecer os ecomuseus como organizações e redes orientadas para a vida, ligadas ao desenvolvimento dos territórios.

Resultados de Aprendizagem do Módulo

1. Os participantes mapearam os antecedentes históricos das estruturas conceituais do ecomuseu;
2. Os participantes compreenderam as possibilidades de diversas abordagens para ecomuseus com base em suas geografias e bens culturais;
3. Os participantes melhoraram as suas capacidades para realizar análises contextuais e diagnósticos culturais para o desenvolvimento de iniciativas práticas nos módulos seguintes;
4. Os participantes apresentaram uma compreensão clara sobre ecomuseus, considerando seus entendimentos teóricos, a diversidade de experiências observadas em diferentes regiões e as possibilidades de conceber projetos baseados em recursos locais e voltados para o desenvolvimento sustentável.

Unidades de Aprendizagem 1

Compreendendo o Património: uma abordagem histórica, conceitual e institucional dos ecomuseus

Esta unidade irá apresentar o enquadramento conceitual do património e a sua relação com os ecomuseus. O que é património? Que tipologias definem o património nos dias de hoje? Como mapear e identificar localmente o património cultural? A unidade centrar-se-á em como pode uma interpretação ecomuseológica abordar o património cultural, definindo linhas de base para o desenvolvimento de projetos sustentáveis e debatendo documentos normativos internacionais que orientam as políticas de património cultural.

A seção começa com um debate conceitual sobre a compreensão contemporânea do património. Em seguida, é apresentada a abordagem dada pelos ecomuseus ao património, discutindo questões relacionadas com a comunidade, o ambiente e o território (Davis, 2011; Rivière, 1985; Varine, 2017; 2006; 2002). Uma série de documentos internacionais busca a vinculação de património e ecomuseus a contextos e conceitos internacionais.

O património cultural faz parte do nosso cotidiano, observado na transmissão de expressões, saberes e hábitos. De geração em geração, fomos herdando referências culturais que evidenciam a diversidade cultural da humanidade: a música tocada nas nossas festas locais, a forma como produzimos o nosso pão, as construções tradicionais contempladas em diferentes localidades, a nossa espiritualidade, a medicina tradicional, o artesanato, etc. Esse património narra a nossa compreensão, como seres humanos, dos usos da cultura e da relação que estabelecemos com o meio natural.

Desde a década de 1970, a compreensão do património cultural vem mudando: do reconhecimento do património tangível referente a edifícios monumentais, estruturas de “pedra e cal”, ao património natural, meio ambiente, paisagens e património imaterial. A compreensão do património hoje é pactuada em diferentes perspetivas, observadas em documentos de consenso internacional, a maioria deles publicados pela UNESCO. As convenções enquadraram os conceitos de património, adotados por documentos internacionais específicos, a exemplo da Convenção sobre a Proteção do Património Cultural e Natural Mundial (UNESCO, 1972) e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003).

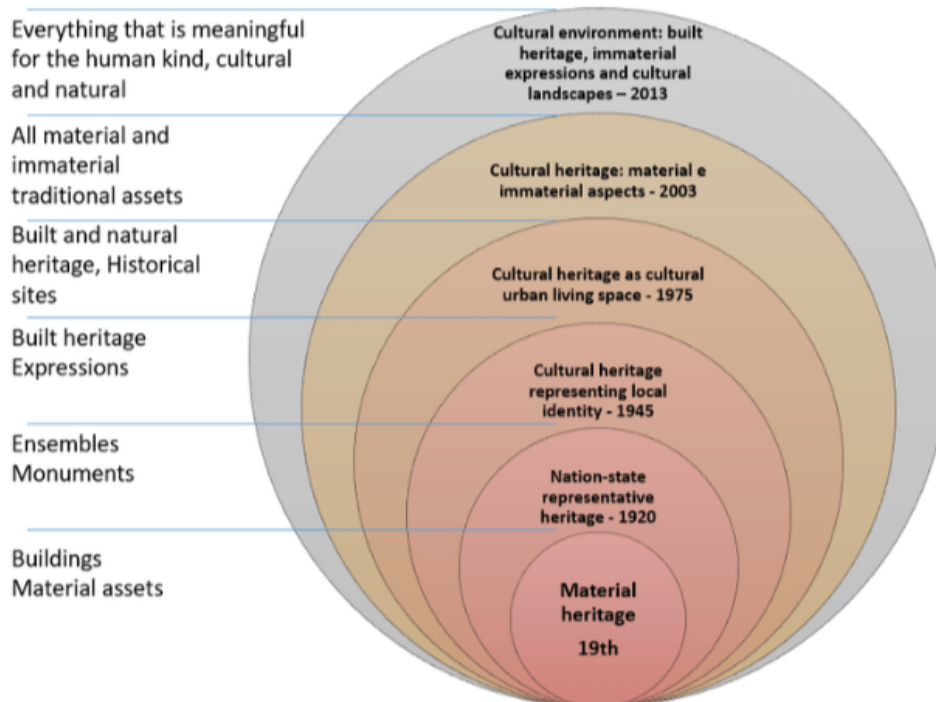
As instituições e entidades públicas têm procurado classificar o nosso património, de forma a facilitar a salvaguarda das referências culturais herdadas dos nossos antepassados. Segundo a UNESCO, estas são as definições atuais das três principais tipologias do património:

- **Património Cultural Material:** “(...) inclui artefatos, monumentos, grupos de edifícios e locais, museus que têm uma diversidade de valores, incluindo a sua significância simbólica, histórica, artística, estética, etnológica ou antropológica, científica e social.” (UNESCO Institute for Statistics, 2009)
- **Património Cultural Imaterial:** “(...) inclui tradições ou expressões vivas herdadas dos nossos antepassados e transmitidas aos nossos descendentes, como as tradições orais, as artes performativas, as práticas sociais, os rituais, as festividades, os saberes e práticas relativos à natureza e ao universo ou os saberes e competências para produzir o artesanato tradicional.” (UNESCO, 2003)
- **Património Natural:** “refere-se a características naturais, formações geológicas e fisiográficas e áreas delimitadas que constituem o habitat de espécies ameaçadas de animais e plantas e sítios naturais de valor do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural. Inclui áreas naturais protegidas públicas e privadas, zoológicos, aquários e jardins botânicos, habitat natural, ecossistemas marinhos, santuários, reservatórios, etc.” (UNESCO, 1972; UNESCO Institute for Statistics, 2009)

Os museus, espaços historicamente dedicados à salvaguarda do património cultural, também têm vindo a sofrer alterações nas últimas décadas. A emergência dos movimentos democráticos esteve também relacionada com as mudanças verificadas no papel dos museus nas nossas sociedades: de instituições tradicionais dedicadas à proteção de referências materiais da humanidade para instituições com um importante papel social relacionado com os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Os ecomuseus surgiram então em tempos de contestação, e suas referências hoje servem de orientação para a cultura e a sustentabilidade.

Seguindo os padrões internacionais, cada região do mundo também adota seus próprios documentos, para o estabelecimento de linhas de base para o desenvolvimento de projetos. No contexto europeu, duas convenções são mencionadas como referências para a avaliação das paisagens culturais, temas especialmente desenvolvidos pelos Ecomuseus: a Convenção Europeia da Paisagem (2000) e a Convenção de Faro (2005). É importante reconhecer esses documentos de referência para chegar a um terreno comum, manter o diálogo e aumentar a cooperação entre ecomuseus, sociedade civil, governos e organizações internacionais. As interconexões entre cultura e desenvolvimento também são percebidas pelo incentivo à diversidade cultural (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. UNESCO, 2005) e pelo alinhamento dos projetos e instituições aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como será apresentado na próxima unidade. Os links para cada documento estão disponíveis para facilitar a compreensão da área de património cultural (ver referências abaixo, ao final desta unidade).

Evolution of the concept of cultural heritage



Fonte: Penna, 2018.

Como cada contexto poderia ser analisado considerando o quadro conceitual promovido pela UNESCO e outras instituições relacionadas? Quais são as principais referências culturais da sua comunidade? Você conseguiria elaborar um quadro geral do seu patrimônio material, natural e imaterial, depois de observar a paisagem cultural onde a sua instituição está localizada? Você poderia identificar o patrimônio material, imaterial e natural da sua comunidade? Essas e outras questões são importantes para iniciar o entendimento de sua comunidade e do seu território. Mapear o patrimônio local é uma questão fundamental para desenvolver ecomuseus, usando os recursos disponíveis para promover o desenvolvimento sustentável.

Nas últimas décadas, mudanças conceituais têm sido observadas nos setores de patrimônio e museus. O surgimento da ecomuseologia trouxe novas perspectivas para o patrimônio, entendido como um recurso para o desenvolvimento local. Nesse sentido, segundo Hugues de Varine (2002), a educação e o senso de responsabilidade desempenham um papel essencial na salvaguarda da diversidade cultural, quando as agendas de desenvolvimento passam então a ser ligadas ao patrimônio cultural, ao território, à paisagem, à memória, e aos estilos de vida dos habitantes. O patrimônio cultural torna-se uma questão central para a ação coletiva ligada à vida dos cidadãos. Se adotarmos uma gestão participativa, não só no uso do patrimônio, mas em estratégias para a sua identificação e promoção, podemos ampliar redes e envolver diversos cidadãos. (Varine, 2002).

Documentos Internacionais

Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (1972). Disponível [neste site](#).

Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (2003). UNESCO. Disponível [neste site](#).

Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions (2005). Disponível [neste site](#).

Declaration of Quebec (1984). Basic Principles of a New Museology. Disponível [neste site](#).

European Landscape Convention (2000). Council of Europe Landscape Convention. Disponível [neste site](#).

Faro Convention (2005). Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society. Disponível [neste site](#).

The Santiago Roundtable (1972). Programa Ibermuseus. Disponível [neste site](#).

Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society (2015). UNESCO. Disponível [neste site](#).

Engaging Communities: a Sociomuseological Approach to EcoMuseums

O que é um ecomuseu? Que diferenças você encontra entre museus tradicionais e ecomuseus? Como se estabelecem as relações entre os ecomuseus, as comunidades e a natureza? Como conectar as necessidades da sua comunidade a um projeto de ecomuseu? Os ecomuseus funcionam amplamente com base na participação local, como processos compartilhados de reconhecimento, gestão e proteção do patrimônio cultural e natural, visando promover o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Atualmente, o papel social dos ecomuseus também é abordado como tema central, fortalecendo o significado dos projetos para as comunidades locais.

Desde a década de 1960, diversas abordagens para ecomuseus foram adotadas. Essa diversidade é observada à medida que os desenvolvimentos regionais alimentaram possibilidades de gestão local do patrimônio por meio dos museus. O engajamento das comunidades é uma das questões-chave integradas ao desenvolvimento dos ecomuseus, considerando a diversidade de contextos regionais nos quais estão inseridos. Como entender as comunidades e o engajamento das pessoas considerando a diversidade de contextos de atuação dos ecomuseus? Na perspectiva dos ecomuseus, a ideia de comunidade está intimamente relacionada ao desenvolvimento local. A importância de identificar recursos locais e desenhar estratégias sustentáveis é essencial para o desenvolvimento das comunidades, fortalecendo a coesão social e estimulando as pessoas a se engajarem em agendas sustentáveis. A identificação das necessidades e expectativas locais facilita o desenvolvimento de projetos socialmente fundamentados e realistas, utilizando abordagens sociomuseológicas, e sempre com uma perspectiva participativa, como será discutido mais adiante no Módulo 4.

É importante abrir o caminho de debates por meio da apresentação das principais referências históricas para a construção do conceito de Ecomuseu, no que diz respeito à Nova Museologia e ao surgimento da Sociomuseologia (Moutinho, 2016; 2014). Os debates sobre Ecomuseus e Sociomuseologia são conduzidos com uma compreensão geral de como as experiências de base comunitária têm sido desenvolvidas, considerando a abordagem sociomuseológica em uma série de estudos de caso na América Latina e na Europa. As linhas de base estabelecidas pela Declaração de Santiago (1972) e o surgimento do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM) na década de 1980 estimularam os movimentos sociais e as comunidades a promoverem as suas próprias iniciativas, os documentos da UNESCO e de outros organismos internacionais foram alimentados por essas experiências de campo, fortalecidas pelo desenvolvimento de políticas públicas desde a década de 1960 até os dias atuais.

Você consegue identificar diferentes experiências desenvolvidas por museus em sua região? Como os museus estão abordando as questões locais, o patrimônio cultural e as paisagens culturais? Como as comunidades estão envolvidas nesses processos?

As mudanças observadas na compreensão do patrimônio cultural também são observadas na compreensão dos museus. Se o entendimento tradicional dos museus se concentrava nas ideias de edifício, público e coleção, a mudança dos ecomuseus é observada no direcionamento do seu foco para o território, a comunidade e o patrimônio (Varine, 2002; 2006; 2017). Em 1972, em Santiago, Chile, a UNESCO e o ICOM promoveram a mesa-redonda de Santiago, abordando questões locais e questionando como os museus poderiam participar e coordenar esforços para promover o desenvolvimento local (Mesa-Redonda de Santiago, 1972).

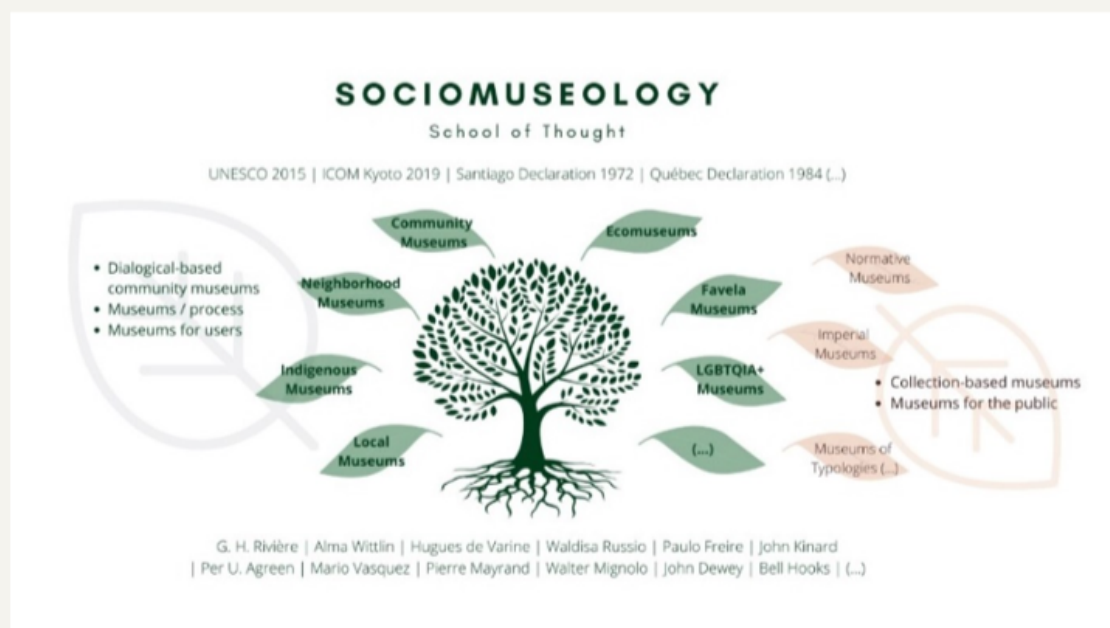


Fonte: Apresentação por Leandro França. Departamento de Museologia, Universidade Lusófona, 2022.

Esta viragem conceitual tem sido alimentada por valores democráticos, que incentivam as comunidades a assumirem os seus patrimónios e a interpretação dos seus territórios, projetando o desenvolvimento social das localidades. A última recomendação da UNESCO relativa aos museus foi adotada em 2015, e o reconhecimento da função social dos museus assumiu-se como relevante para o desenvolvimento dos museus e das sociedades:

“Em todos os países é crescente a percepção de que os museus desempenham uma função chave na sociedade, e constituem um fator de integração e coesão social. Nesse sentido, eles podem ajudar as comunidades a enfrentar as profundas mudanças na sociedade, inclusive as que levam a um aumento da desigualdade e à dissolução de laços sociais. (...) Os museus são espaços públicos vitais que deveriam dedicar-se a toda a sociedade e podem, portanto, desempenhar uma função importante no desenvolvimento de laços sociais e coesão, na construção da cidadania, e na reflexão sobre as identidades coletivas.” (UNESCO, 2015. Art. 16 and 17).

Atualmente, o fortalecimento dos ecomuseus está ligado à promoção da diversidade cultural, considerando que “a diversidade cultural é uma característica definidora da humanidade” e “que a diversidade cultural cria um mundo rico e variado, que aumenta o leque de escolhas e nutre as capacidades e os valores humanos e, portanto, é a mola propulsora para o desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações” (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. UNESCO, 2005). Após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em setembro de 2015, a valorização do património cultural passou a ser considerada relevante e estratégica para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Os ecomuseus podem ser protagonistas desse processo, ao abordar questões locais no tempo presente e vislumbrando um futuro sustentável.



Fonte: Apresentação do Prof. Mario Moutinho. Departamento de Museologia, Universidade Lusófona, 2022.

Pelo menos duas abordagens podem ser utilizadas para os primeiros passos do desenvolvimento do ecomuseu: o mapeamento do patrimônio local, considerando o patrimônio natural, material e imaterial; e a identificação de problemas locais, necessidades e aspirações das comunidades. Todo esse processo deve ser orientado para a vida das pessoas, pois os museus são instituições ao serviço do ser humano e das sociedades (Moutinho & Primo, 2017). A identificação das necessidades e dos problemas locais, se discutidos democraticamente, promoverá o ecomuseu como local de encontro para o desenvolvimento territorial.

Como identificar estratégias e responder às necessidades locais com a utilização dos recursos patrimoniais? Como compreender o patrimônio de sua comunidade como recurso para o desenvolvimento social? É importante manter processos democráticos de mapeamento e identificação do patrimônio de suas comunidades. A gestão consciente do patrimônio local pode ser apontada como uma questão-chave para a resolução dos problemas locais e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Como você pode promover essas questões em sua comunidade? Todas estas questões serão aprofundadas e desenvolvidas numa perspectiva prática apresentada nos módulos 2 (Ecomuseus & Sustentabilidade), 3 (Planejar, iniciar e sustentar o Ecomuseu) e 4 (Participação e cidadania ativa. Processos participativos.).

Unidades de Aprendizagem 3

Viver no Território: Ecomuseus orientados para a Vida

Uma análise contextual aprofundada é essencial para o desenvolvimento dos ecomuseus. Para tal, é necessário compreender o território, o patrimônio local e as necessidades dos cidadãos. O que se entende por território? Como identificar um território, considerando os seus bens culturais? Como interligar as necessidades dos cidadãos ao patrimônio cultural? O ecomuseu é um espaço de encontro das diversas perspectivas presentes nas comunidades, atuando como um fórum de debates democráticos sobre a função social dos museus para o desenvolvimento sustentável.

O território é um dos três pilares dos ecomuseus. É aqui entendido como uma paisagem ligada a um conjunto de cidadãos e populações, que possuem referências culturais herdadas, e relativas à utilização de recursos locais. O território converge o tempo e o espaço, fontes naturais e culturais, retratando

a natureza em sua imensidão, mas também com adaptações das sociedades tradicionais e industriais às suas próprias imagens. Ele (o ecomuseu) é uma expressão do tempo, quando as explicações que oferece remontam a épocas anteriores ao aparecimento do homem, seguem o curso dos tempos pré-históricos e históricos e chegam finalmente ao presente. O ecomuseu oferece também perspectivas de futuro, sem pretensões de tomada de decisão, sendo a sua função antes informar e analisar criticamente. É uma interpretação do espaço – de lugares especiais para parar ou passear. (Rivière, 1985).

Cada território tem problemas específicos a serem enfrentados pelos habitantes locais. Os bens culturais podem servir como recursos valiosos para o trabalho comunitário com foco nas respostas às questões locais. É importante identificar os problemas e as questões a serem abordadas pelo ecomuseu, considerando que a sua função social está relacionada ao desenvolvimento local, evidenciado pelos valores democráticos do patrimônio e da diversidade cultural. As ferramentas participativas são muito valiosas para este processo democrático – desde as discussões de questões locais até os processos de tomada de decisão para desenhar estratégias para o desenvolvimento local, como será discutido mais adiante no Módulo 4.

Algumas das ferramentas desenvolvidas para mapear o patrimônio cultural em territórios específicos são baseadas na educação patrimonial: Observação, Registo, Exploração e Apropriação são exemplos destes processos (Grunberg, 2007). A observação baseia-se em meios sensoriais para identificar as principais referências culturais, utilizando a visão, o olfato, a audição, o paladar e o tato para o mapeamento do patrimônio cultural. O registo utiliza desenhos, descrições verbais, mapas e outros meios lógicos e intuitivos. A exploração baseia-se na análise das referências culturais identificadas através da discussão pública. Por fim, a apropriação está relacionada ao uso da criatividade para expressar o patrimônio cultural por meio de teatro, música, pintura, filmes e outras ações artísticas.

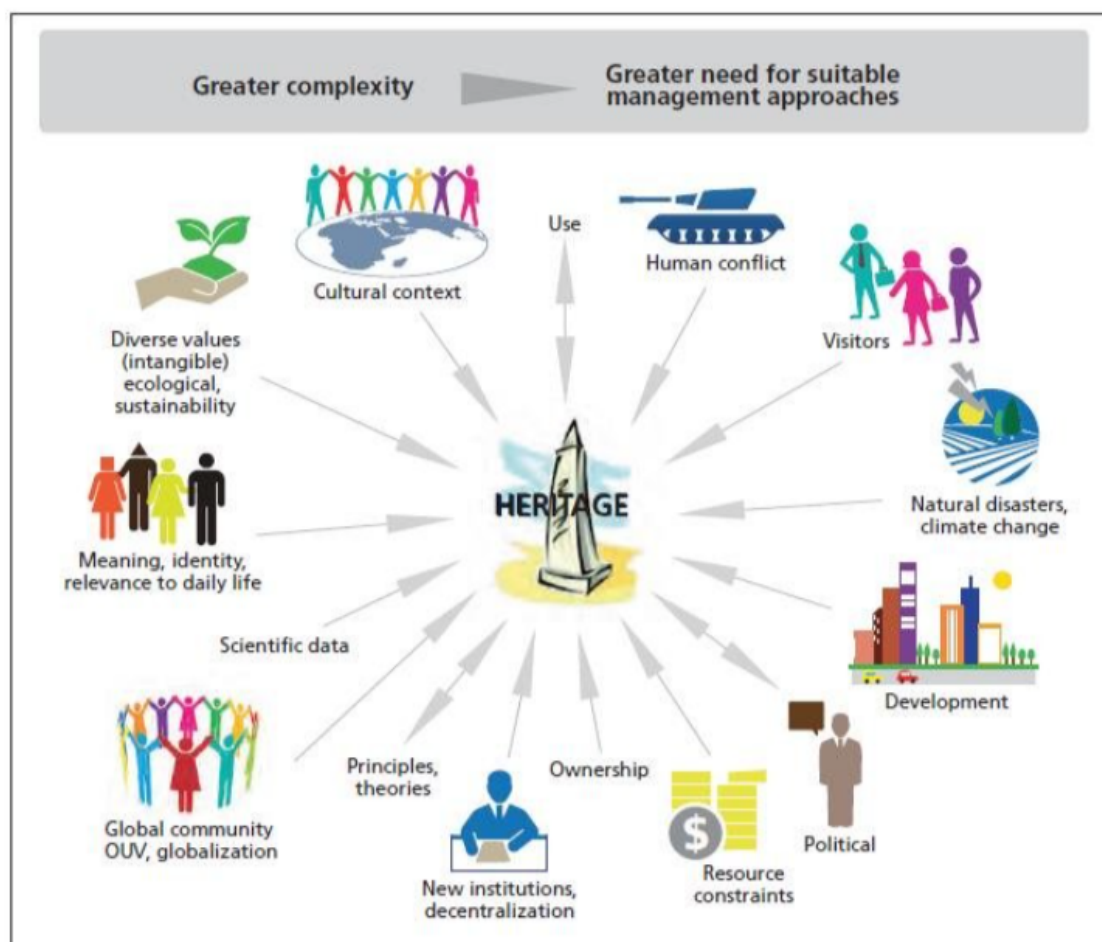
O ecomuseu pode fornecer às comunidades soluções para as questões dos territórios locais, considerando o desenvolvimento econômico, social e cultural – ou seja, soluções sustentáveis para o uso de água e energia; promoção da paz em zonas de conflito; promoção de oportunidades econômicas para empreendimentos locais, considerando produção artesanal, atrações turísticas, produtos locais; o reforço da inter-relação com as escolas, em estreita colaboração para o desenvolvimento de ações educativas; promoção de manifestações e festividades locais; a atuação como um espaço aberto para reuniões comunitárias etc.

Você consegue identificar algumas questões locais e problemas sociais a serem abordados pelo ecomuseu? Como pode o ecomuseu cooperar localmente para o desenvolvimento territorial? Como você vê o ecomuseu como um *hub* para reunir diversas pessoas e comunidades, para a construção de redes e para o desenvolvimento de projetos de cooperação?

Uma perspectiva interessante a ser desenvolvida pelos ecomuseus é a compreensão da potência e da poética da cidadania para os museus que servem para a vida (Chagas, 2007; 2010). Os ecomuseus devem acolher as necessidades das sociedades, privilegiando os valores democráticos, a diversidade das expressões culturais e o desenvolvimento sustentável. Os museus devem servir à vida e à sociedade, e os ecomuseus comprometidos com o desenvolvimento sustentável devem adotar posturas diversificadas para enfrentar as questões contemporâneas, respeitando as necessidades locais e visando sociedades justas e com bem-estar.

Você identifica algo semelhante desenvolvido em seu ecomuseu? Como explorar essas ferramentas para abordar o território e potencializar ações educativas para a promoção do patrimônio cultural? Você consegue identificar questões locais e traçar estratégias com base nos recursos culturais encontrados em seu território e na sua comunidade?

A organização da informação disponível enriquecerá cada projeto desenvolvido pelos ecomuseus, partindo da ideia de identificar os problemas locais e analisar como se pode responder aos problemas observados no território local. Os próximos módulos apresentarão uma perspectiva prática com ferramentas e estratégias específicas para vincular os ecomuseus aos ODS, planejamento estratégico para o desenvolvimento dos processos museais e diagnósticos territoriais para a gestão participativa.



Some examples of old and new issues in heritage management. Source: Penna, 2018.

Número de horas de dedicação	6 horas (2 horas por unidade).
Nível EFQ	Nível EFQ: 3

Bibliografia

Chagas, M. (2007). Memory and Power: two movements. In. Cadernos de Sociomuseologia, N° 27. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Chagas, M. (2010). Museums, memories and social movements. In. Sociomuseology IV, Cadernos de Sociomuseologia, Vol 38.

Chagas, M.; Gouveia, I. (2014). Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM, 27(41), 9-22.

Davis, P. (2011). *Ecomuseums: A sense of place*. London: Continuum International Publishing Group.

Grunberg, E. (2007). *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN.

Mayrand, P. (1985). The New Museology proclaimed. *Museum*, XXXVII(4), 200–201.

Mayrand, P. (2007). Manifeste de l'altermuséologie—Proposition de Pierre Mayrand et Luisa Rogado. Présenté lors du XIIème Atelier International de Nouvelle Muséologie. Setúbal.

Moutinho, M. C. (2014). Definição evolutiva de Sociomuseologia: Proposta de reflexão. *Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, 41, 423–427.

Moutinho, M. C. (2016). From New museology to Sociomuseology. 24th General Conference of the International Council of Museums. Milano. Joint meeting MINOM/ CAMOC/ ICOFOM.

Moutinho, M.; Primo, J. (2017). Sociomuseology's theoretical frames of reference, Keynote at the International Conference The Subjective Museum? The impact of participative strategies on the museum, Historisches Museum Frankfurt & Department of Museology of the Universidade Lusófona, Historisches. Museum Frankfurt, Frankfurt am Main, 26-28th July 2017.

Penna, K.N. (2018). Cultural heritage as an educational base for the traditional pillar of sustainable development. 6th International Conference in Heritage and Sustainable Development. Granada, Spain. Disponível [neste site](#).

Penna, K.N. (2018). Cultural heritage as an educational base for the traditional pillar of sustainable development. 6th International Conference in Heritage and Sustainable Development. Granada, Spain. Disponível [neste site](#).

Rivière, G. H. (1985) The ecomuseum—an evolutive definition, *Museum International*, 37:4, 182-183

Rivière, G. H. (1985) The ecomuseum—an evolutive definition, *Museum International*, 37:4, 182-183

UNESCO (1972). *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*.

UNESCO (2003). *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*.

UNESCO Institute for Statistics (2009). *UNESCO Framework for Cultural Statistics*.

Varine, H. (2002). *Les Racines du Futur – Le patrimoine au service du développement*, Ed. Asdic.

Varine, H. (2017). *L'écomusée, singulier et pluriel*, Paris, Ed. L'Harmattan, 2017

Varine, H. de. (2006). Ecomuseology and Sustainable Development. *Museums & Social Issues*, 1(2), 225–232.

Varine, H. de. (2012). Santiago do Chile—1972—La museología se encuentra con el mundo moderno. In. *Mesa Redonda de Santiago de Chile—1972. Programa Ibermuseus*.



Cofinanciado pela
União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International.

Introdução

Orientações do Módulo para o Usuário

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 das Nações Unidas representam o maior e mais “global” esforço para efetuar mudanças capazes de colocar a humanidade e a biosfera no caminho para um futuro sustentável. Desastres alarmantes, causados por mudanças ambientais, é necessária a reflexão sobre o que os ecomuseus fazem, ou poderiam fazer, para alcançá-los e responder à emergência climática. O papel dos museus neste campo é internacionalmente reconhecido e crescente. Os ecomuseus, definidos como um “patrimônio liderado pela comunidade ou projeto de museu que apoia o desenvolvimento sustentável” (Davis 2011;85), estão em uma posição privilegiada entre as instituições culturais (Dal Santo et al., 2021). Os ecomuseus podem capacitar localmente as pessoas no uso sustentável de seu patrimônio e promover uma cultura de sustentabilidade (Duarte, 2012; OCDE e ICOM 2018; Brown 2019; Riva, 2020; Dal Santo, 2021). Globalmente, eles podem liderar o mundo em direção a um futuro sustentável, trabalhando para apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 da ONU (Lanzingher & Garlandini 2019; McGhie 2019; Brown 2019) e desenvolver ações para combater as mudanças climáticas (McGhie 2020).

Visão Geral do Módulo

O módulo apresenta as questões da sustentabilidade como uma direção da ação dos ecomuseus e museus comunitários para enfrentar os desafios mundiais de hoje. Ele ajudará você a entender a sustentabilidade, estabelecer a sustentabilidade com base nos ODS em planos e projetos, monitorizar impactos e relatar resultados.

Metas & Objetivos do Módulo

Este módulo de formação visa melhorar as competências necessárias para desenvolver projetos holísticos de gestão participativa do património vivo de forma sustentável, considerando os seus impactos económicos, sociais, ambientais, locais e globais. Os objetivos de aprendizagem são:

- Compreender o conceito de sustentabilidade e ODS, e como eles se relacionam com museus e ecomuseus.
- Aprender a planejar a sustentabilidade fixando metas mensuráveis e pensando nos impactos internos e externos que os museus e ecomuseus podem ter.
- Dotar os museus e ecomuseus de instrumentos para medir e reportar as ações sustentáveis que desenvolvem.

Resultados de Aprendizagem do Módulo

Os resultados deste módulo são:

1. Aprender a implementar modelos de gestão participativa do património vivo para o desenvolvimento local vinculado à sustentabilidade global.
2. Desenvolver habilidades gerenciais para projetos holísticos e cocriativos (coaprendizagem, subsidiariedade, empoderamento local e desenvolvimento de redes globais).
3. Ser capaz de usar os ODS 2030 da ONU como objetivos transversais nas atividades dos ecomuseus.
4. Integrar os ODS nas políticas de ecomuseus.
5. Compreender o papel dos ecomuseus na meta da “ação climática” como objetivo transversal.
6. Implementar ferramentas de autoavaliação para monitorizar os resultados dos ecomuseus e os impactos internos e externos.

Conhecimentos: Você será capaz de entender a sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprender exemplos de boas práticas em outros ecomuseus e como eles podem fazer parte de suas estratégias.

Habilidades: Você poderá desenvolver políticas e ações específicas relacionadas aos ODS e avaliar e relatar os impactos culturais do seu trabalho.

Competências: Você aumentará sua competência na gestão do património cultural de forma participada e sustentável com os propósitos do desenvolvimento local.

Unidades de Aprendizagem 1

Compreender a Sustentabilidade e os ODS. Entre o Global e o Local.

Breve Descrição

Compreender a sustentabilidade: novas habilidades para a equipe do ecomuseu interpretar o conceito de sustentabilidade, apresentando os desafios da crise política de hoje (o Antropoceno, cultura global/local versus limites planetários) e oportunidades (tornar-se um catalisador cultural para ajudar as culturas a imaginar futuros florescentes e inclusivos para todo o planeta e todos os seus habitantes).

Compreender os ODS:

- Compreender os ODS como uma ferramenta útil para orientar ecomuseus de maneira a gerar impactos culturais significativos.
- ODS como objetivos transversais nas atividades dos ecomuseus para
 1. esclarecer a natureza do desafio/opportunidade local/global e
 2. desenvolver uma abordagem própria de um ecomuseu para uma visão e plano de sustentabilidade.

1. As raízes do discurso da sustentabilidade.

Estamos vivendo em um mundo desafiador, em um cenário distópico caracterizado pela desigualdade, crescimento massivo da população, mudanças climáticas, globalização. São resultados de anos de extração de recursos, de exploração humana ao serviço de um setor econômico severo. Nosso tempo é caracterizado por novos e velhos efeitos negativos. Já se passaram 75 anos em uma nova era geológica, conhecida como Antropoceno: o significado desta época é que ela se caracteriza pelo protagonismo da humanidade como o maior fator individual na mudança dos sistemas planetários (Janes, 2009). O homem perdeu o contato com a natureza, utilizando e explorando os recursos do planeta, que são limitados; a partir de meados do século XX, a humanidade vem sistematicamente violando as 'fronteiras planetárias' (Worts, 2022).

Identificar e quantificar os limites planetários que não devem ser transgredidos pode ajudar a impedir que as atividades humanas causem mudanças ambientais inaceitáveis. Esses limites definem o espaço operacional seguro para a humanidade em relação ao sistema da Terra e estão associados aos subsistemas ou processos biofísicos do planeta. Se você quiser saber mais sobre limites planetários, visite [este site](#).

Um exemplo para entender como a humanidade transgrediu fronteiras é o conceito de pegada ecológica, que indica quanta área de terra e água biologicamente produtivas um indivíduo, população ou atividade requer para produzir todos os recursos que consome e para absorver os resíduos que gera, usando tecnologias e práticas de gerenciamento de recursos predominantes. A Pegada Ecológica de um lugar é geralmente medida em hectares globais e deve ser comparada com a biocapacidade desse lugar. Como a Pegada Ecológica da Humanidade é de 2,7 hectares globais por pessoa (dos quais 60% é Pegada de carbono) e a biocapacidade do planeta é de 1,5, estamos vivendo muito acima dos limites da Terra, e estamos ultimando o capital natural do planeta em um futuro muito próximo, se não emprendermos uma política de desenvolvimento sustentável.

Infelizmente, de acordo com estudos recentes, o aquecimento global desencadeado por emissões antropogênicas está nos aproximando cada vez mais de pontos sem retorno que causam uma desestabilização climática global irreversível. O secretário-geral da ONU, Guterres, pediu a ministros de 40 países uma reunião para discutir a crise climática em julho de 2022: "Temos uma escolha. Ação coletiva ou suicídio coletivo. Está em nossas mãos".

Para mais informações, visite [este site](#).

A mudança climática é apenas um dos muitos problemas que o mundo enfrenta; o respeito pelo meio ambiente tem raízes históricas muito profundas. A questão ambiental teve início nas décadas de 60 e 70 e estava centrada nas polêmicas de um modelo de desenvolvimento centrado principalmente nos objetivos de modernização, progresso e crescimento (Borrelli, Mela, Mura, 2023). De facto, o desenvolvimento econômico tem se baseado apenas em regras econômicas centradas no crescimento, na modernização e no progresso, e considera o meio ambiente a partir de uma perspectiva "extrativista".

À medida que crescia a preocupação com o futuro da Terra, também os governos começaram a colaborar na defesa do planeta e do meio ambiente, e muitas conferências foram organizadas para atingir esse objetivo.

Em 1987, o Relatório Brundtland abordou a estreita conexão entre o desenvolvimento econômico e a qualidade ambiental. **O desenvolvimento sustentável foi definido como: "a satisfação das necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas"**. O desenvolvimento econômico deve, portanto, ser planejado "a longo prazo", respeitando o meio ambiente.

Uma das consequências do Relatório foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 (Cúpula da Terra) que visava "desenvolver estratégias para frear o estado de degradação ambiental [e] confrontar-se para criar estratégias políticas de proteção ambiental, reequilíbrio social e econômico "(Zabini, 2007 em Borrelli Mela, Mura 2023). **As definições de desenvolvimento sustentável compartilham o foco nos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. A sustentabilidade é um equilíbrio entre esses fatores. Um exemplo muito sugestivo é o do banco de Young (1997): os três pilares são as pernas do banco e para manter o equilíbrio devem ter todos o mesmo comprimento. No entanto, a metáfora do banquinho tem sido criticada porque o ambiente deveria ser o chão sobre o qual repousa o banquinho, pois é o mais significativo para a humanidade.**

Posteriormente, o foco foi direcionado para a análise dos pontos de contato e interseção entre os três pilares que não são mais representados como entidades isoladas (Gibson 2002 em Borrelli Mela Mura, 2023).

Portanto, aumentou a consciência de ter de lidar com questões ambientais globalmente, por meio da ativação de parcerias e cooperação.

Os princípios desenvolvidos durante a Cúpula lançaram as bases para o pensamento dos anos seguintes, em particular:

- A necessidade de um relacionamento holístico (encontrando harmonia entre as dimensões econômica, social e ambiental) em equilíbrio dinâmico, atento aos detalhes e ao todo, visando a interação entre as partes.
- A lógica do longo prazo, com horizonte temporal de planejamento/avaliação.
- Equidade: intergeracional, acesso igualitário aos recursos, com vistas à justiça e à igualdade de oportunidades entre as gerações subseqüentes.
- Eficiência na utilização dos recursos.
- Sustentabilidade ecológica: conservação do estoque de recursos e geração de riqueza sem danificar os sistemas, respeitando sua capacidade de carga.
- Participação, por meio da cooperação: desenvolvimento sustentável é desenvolvimento participativo (Borrelli Mela Mura 2023).

Um dos documentos que emergiu da conferência foi a Agenda 21, um acordo programático-operacional que visa a integração completa da proteção ambiental e do desenvolvimento por meio da cooperação internacional. Desde 1992, a experiência desenvolvida com o primeiro encontro no Rio se repete a cada dez anos, para revisar e atualizar propostas e diretrizes a partir de novos desafios e oportunidades.

A Agenda 21 orientou a governança do desenvolvimento sustentável até 2015, quando foi substituída pela Agenda 2030. Um mundo mais sustentável e igualitário sempre foi uma prioridade para a ONU. Uma das primeiras tentativas, de 2000 a 2015, foram os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, que introduziram uma abordagem favorável ao público construída em torno de metas (para mais informações).

A inovação foi a definição de um conjunto de oito metas, em vez de processos complexos de planejamento. Essa abordagem baseada em objetivos foi reconhecida como um sucesso e, conseqüentemente, incorporada ao programa sucessor, a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2. Agenda 2030 e os ODS: uma abordagem baseada em objetivos

A Agenda 2030 é “um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com ampla liberdade” (McGhie, 2021 pág. 8).

A Agenda é universal (para todos os países); prioriza os desfavorecidos; está interligada (objetivos devem ser alcançados ao mesmo tempo); é inclusiva (todos podem desempenhar um papel, como um direito); visa criar parcerias para o alcance das metas (McGhie, 2021 pág. 9).

A Agenda 2030 refere-se aos 5Ps: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Os 5Ps incluem as três dimensões clássicas da sustentabilidade (social, ambiental e econômica) e as transformam em metas; além disso, a paz e a parceria são outras duas dimensões agregadas à sustentabilidade (McGhie, 2022, pág. 2).

A Agenda 2030 é baseada nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável:

“Para entender os ODS, é necessário ter em mente alguns aspectos. Os ODS são a estrutura de resultados para a própria Agenda 2030; em segundo lugar, os ODS não são uma lista de verificação, mas uma lista de tarefas que ajudamos a alcançar, como um programa de mudança positiva; terceiro, os ODS são um conjunto conectado de metas que devem ser alcançadas em conjunto e, ao trabalhar para alcançar uma ou mais, devemos verificar se não estamos alcançando progresso em uma área e criando problemas em outra; quarto, de muitas maneiras, os ODS não são uma nova Agenda, mas a mais recente tentativa de colocar o mundo no caminho do desenvolvimento sustentável. Quinto, a Agenda não é um programa de novos acordos, mas um mecanismo para melhor alcançar uma ampla gama de acordos multilaterais existentes. A Agenda visa alcançar metas simultaneamente. Sexto, embora a Agenda e os ODS sejam definidos como um convite a todos os setores para colaborar como uma inovação para a governança multinível, eles são facilmente incluídos em uma mentalidade antiquada de informações que fluem para cima para informar os relatórios nacionais” (McGhie, 2022 pag.2)

Os ODS, também conhecidos como “o Objetivo Global”, são um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade.

As características dos programas são:

- uma agenda baseada em direitos e uma tentativa de promover a governança multinível de desafios complexos.
- valores universais e direitos humanos são uma direção comum de todos os países e setores.
- a colaboração entre diferentes setores ajuda a criar novos resultados de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, uma abordagem mais ampla foi adotada, sendo a colaboração um dos pilares dos programas. Além disso, essas metas devem ser consideradas como um todo, e atingir uma delas não significa que outra meta será negligenciada.

OBJETIVO 1: Erradicar a Pobreza	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
OBJETIVO 2: Erradicar a Fome	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
OBJETIVO 3: Saúde de Qualidade	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
OBJETIVO 4: Educação de Qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
OBJETIVO 5: Igualdade de Gênero	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e raparigas, em todo o mundo, assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, de maneira que possam participar na vida política, económica e pública.
OBJETIVO 6: Água Potável e Saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
OBJETIVO 7: Energias Renováveis e Acessíveis	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
OBJETIVO 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos. Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes e pessoas em empregos precários.
OBJETIVO 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes. Fomentar a inovação e pesquisa, de modo a avançar o desenvolvimento sustentável.
OBJETIVO 10: Reduzir as Desigualdades	Reduzir as desigualdades de renda e oportunidade entre os países e dentro dos mesmos, vinculadas a gênero, idade, deficiência, etnia ou outra característica compartilhada.
OBJETIVO 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	Desenvolver cidades, vilas e comunidades que sejam sustentáveis como lugares para as pessoas e comunidades viverem e trabalharem, e em harmonia com a natureza, no contexto de rápidas mudanças sociais e mudanças climáticas.
OBJETIVO 12: Produção e Consumo Sustentáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, envolvendo o desafio de produzir e consumir menos, incentivando a reutilização e reduzindo o desperdício, reduzindo a poluição e usando recursos naturais de forma sustentável.
OBJETIVO 13: Ação Climática	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
OBJETIVO 14: Proteger a Vida Marinha	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVO 15: Proteger a Vida Terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.
OBJETIVO 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
OBJETIVO 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Figura 1: A Agenda 2030, e os 17 ODS.

A **Agenda 2030** é amplamente alcançada por meio dos 17 ODS, que são apoiados por **169 metas** que foram acordados para fazer as maiores contribuições para garantir um futuro sustentável. O progresso em direção a essas metas é monitorizado por **232 indicadores exclusivos**.

As metas são uma espécie de sub-objetivos, que são o nível mais prático para se trabalhar. Os indicadores são utilizados para monitorizar as atividades de cada país. As metas e indicadores são uma forma de medir a evolução da sustentabilidade e os impactos reais. Os ODS pode ser considerado como o "grande objetivo", enquanto as metas se referem aos programas de atividades, de facto, um mesmo ODS pode ter mais de uma meta. Por exemplo, no ODS 4 (Educação de Qualidade), uma das metas (4.7) é: "educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania global" (ver figura 2 e 3). Isso significa que é necessário organizar ações específicas para atingir esse objetivo, por exemplo, 4.a): construir instalações educacionais que sejam sensíveis à deficiência e ao gênero.

Indicadores são as medidas de como estamos caminhando para atingir as metas, para monitorizar mudanças e melhorias. Na prática, muitos dos indicadores oficiais não são particularmente relevantes para o trabalho setorial, incluindo museus e instituições culturais. As metas são adequadas para uso prático, e setores e organizações podem definir seus próprios indicadores para monitorizar o seu progresso.

Aqui está um guia útil que você pode usar para entender melhor as metas e os indicadores dos ODS: unstats.un.org/sdgs/metadata

2. Support and provide learning opportunities in support of the SDGs

TARGET 4.7



EDUCATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND GLOBAL CITIZENSHIP

TARGET DESCRIPTOR

Target 4.7 “By 2030, ensure that all learners acquire the knowledge and skills needed to promote sustainable development, including, among others, through education for sustainable development and sustainable lifestyles, human rights, gender equality, promotion of a culture of peace and non-violence, global citizenship and appreciation of cultural diversity and of culture’s contribution to sustainable development”

<i>Goals and targets (from the 2030 Agenda for Sustainable Development)</i>	<i>Indicators</i>
<p>4.7 By 2030, ensure that all learners acquire the knowledge and skills needed to promote sustainable development, including, among others, through education for sustainable development and sustainable lifestyles, human rights, gender equality, promotion of a culture of peace and non-violence, global citizenship and appreciation of cultural diversity and of culture’s contribution to sustainable development</p> <p>4.a Build and upgrade education facilities that are child, disability and gender sensitive and provide safe, non-violent, inclusive and effective learning environments for all</p> <p>4.b By 2020, substantially expand globally the number of scholarships available to developing countries, in particular least developed countries, small island developing States and African countries, for enrolment in higher education, including vocational training and information and communications technology, technical, engineering and scientific programmes, in developed countries and other developing countries</p> <p>4.c By 2030, substantially increase the supply of qualified teachers, including through international cooperation for teacher training in developing countries, especially least developed countries and small island developing States</p>	<p>4.7.1 Extent to which (i) global citizenship education and (ii) education for sustainable development are mainstreamed in (a) national education policies; (b) curricula; (c) teacher education; and (d) student assessment</p> <p>4.a.1 Proportion of schools offering basic services, by type of service</p> <p>4.b.1 Volume of official development assistance flows for scholarships by sector and type of study</p> <p>4.c.1 Proportion of teachers with the minimum required qualifications, by education level</p>

Figura 2 & 3: ODS 4 (Educação de Qualidade). Fonte: Mcghie 2021 e este site. As metas são subobjetivos a serem alcançados no ODS principal. Isso será mais eficaz para a avaliação e o monitoramento

O primeiro passo para abordar as metas dos ODS é assumir um compromisso específico para ajudar a alcançar seu sucesso (Mcghie, 2021 pg 14).

Ainda que os ODS devam ser considerados como um todo, e devam ser alcançados com a colaboração de todos a nível geopolítico, existem vários contrastes, que se manifestam no desequilíbrio entre as estratégias de sustentabilidade e os interesses económicos nacionais. **Este obstáculo limita a cooperação entre as diferentes nações para encontrar uma solução comum a nível global, mas que depende das escolhas a aplicar a nível local, pois o conhecimento da realidade local é fundamental para tornar as práticas eficazes.**

1. Pense globalmente, aja localmente. Como instituições culturais e ecomuseus podem ajudar a alcançar os ODS
Um primeiro passo para a transição sustentável é reconhecer o papel das pessoas como os únicos seres capazes de dar passos rumo à sustentabilidade. Nesse sentido, a cultura desempenha um papel fundamental nas práticas de sustentabilidade, e seu aprimoramento pode fomentar dinâmicas positivas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A evolução cultural ocorre quando a cooperação promove comportamentos e valores comuns. Através das interações sociais, diferentes culturas se encontram e se chocam, modificando e favorecendo sua evolução; nesse sentido, os ecomuseus, nos quais as comunidades desempenham um papel importante, podem ser considerados incubadores de evolução cultural, capazes de criar relações que potencializem o modo de vida sustentável (Sutter & Teather, 2017 página 53).

O papel dos ecomuseus como atores capazes de interpretar e satisfazer as necessidades globais em nível local já foi discutido por Borrelli e Davis (2012): “os ecomuseus implementam processos dinâmicos que permitem às comunidades identificar, preservar, interpretar e gerenciar seus recursos principais para o desenvolvimento sustentável”, os ecomuseus, as comunidades são envolvidas nos processos de tomada de decisão com os vários intervenientes no território, atuando como porta-vozes das necessidades territoriais. A força dos ecomuseus reside no seu carácter dinâmico, capaz de se adaptar às mudanças socioculturais e de encontrar soluções em a nível local. Os ecomuseus reforçam o sentido de lugar e a relação positiva entre cultura e natureza tanto a nível local, através de processos participativos, como a nível de governação, onde podem ter influências positivas na implementação de uma cultura de governação territorial (idem).

A atividade de desenvolvimento sustentável em e com museus e outras instituições culturais pode ser considerada como a busca para melhorar progressivamente as formas pelas quais capacitam as pessoas a reivindicar seus direitos humanos por meio de suas instituições, como o Direito de Participar da Vida Cultural, Direito à Educação, Liberdade de Expressão e Direito à Informação, Direito de Participar em Assuntos Públicos, Direito ao Desenvolvimento e outros direitos (McGhie 2022).

Perguntas de autorreflexão

1. Por que a abordagem baseada em objetivos é importante?
Resposta: Como o problema é usar a abordagem baseada em objetivos para encontrar meios verificáveis e mensuráveis. talvez conectar as estratégias desenvolvidas local e globalmente a formas claras de gerenciar, monitorar e avaliar cada projeto para atingir os objetivos definidos
2. Liste as três dimensões da sustentabilidade. Quais destas dimensões estão integradas no seu museu/ecomuseu?
Resposta: econômica, social e ambiental.
3. Quais são as outras duas dimensões da sustentabilidade introduzidas pela Agenda 2030?
Resposta: Paz e parcerias.
4. O que são os ODS? Por que é importante alcançá-los ao mesmo tempo?
5. Faça um tour pela sua instituição e tente pensar em quais elementos você poderia melhorar para contribuir com um dos ODS. Por exemplo, como sua sala de reunião é aquecida (Objetivo 13)? Como são administrados os ativos tangíveis e intangíveis? Você colabora com outras instituições (Objetivo 17)?
6. Desenhar a mesa de sustentabilidade com 4 pernas: cultura, comunidade, economia, meio ambiente. Organize um encontro com a comunidade para refletir sobre esses quatro aspetos. Se uma das pernas da mesa for mais curta que a outra, a sustentabilidade não está equilibrada. Pensem juntos em como melhorar para que sua tabela de sustentabilidade esteja equilibrada. O exercício pode ser repetido periodicamente.
7. Desenhe/imprima os 17 ODS, e durante uma reunião com os membros do ecomuseu cada um dará um exemplo de ação/como entende esse objetivo.
8. Qual é a abordagem correta sobre sustentabilidade?
9. “Pensar globalmente e agir localmente”. Reflita sobre essa frase com o seu grupo.

Projetando a Sustentabilidade: Definição de Prioridades e Estabelecimento de Objetivos

Breve Descrição

Este módulo visa dar competências para a fixação de objetivos de sustentabilidade viáveis e planejar ações para maximizar os impactos culturais.

Você aprenderá novas habilidades:

- Como gerir o património vivo de forma participativa e sustentável com vista ao desenvolvimento local.
- Como criar políticas e ações específicas relacionadas aos ODS.
- Competências gerenciais para desenvolver projetos holísticos e cocriativos: coaprendizagem, subsidiariedade, empoderamento local e networking global.

1. Design e planeamento cocriativo por meio de pensamento lateral e vertical, coaprendizagem, subsidiariedade, empoderamento local e networking

Imagine se os museus pudessem desenvolver práticas para serem catalisadores eficazes de mudança e adaptação cultural neste período do Antropoceno (Worts, 2017). Através do trabalho árduo de design e planeamento cocriativo tudo isso é possível e pode produzir impactos significativos! Uma vez que os ecomuseus projetam não apenas “para” mas também “com” a comunidade, é preciso desenvolver habilidades e estratégias para atingir esses objetivos.

Uma das limitações da nossa forma tradicional de pensar (o chamado pensamento vertical) deriva do facto de o cérebro ser um sistema automático: sempre que encontra um pressuposto lógico e formalmente válido, fica preso numa espécie de beco sem saída e procede exclusivamente com base nessa suposição. Imagine o que acontece quando essas suposições erradas são consideradas válidas: 1. os recursos do planeta são ilimitados, 2. não há interdependência entre sistemas e povos, 3. O único modelo económico válido é o capitalismo liberal baseado na maximização do lucro, 4. os museus são sobre coleções e não sobre a sociedade e o homem. 5. O homem, encarregado da economia moderna, tem uma calculadora na cabeça, ego em vez de coração, dinheiro na mão e vive na solidão de um planeta sem limites.

Infelizmente, a ciência nem sempre consegue desfazer modelos e conceitos errôneos como esses. Os resultados de uma pesquisa recente mostraram que cerca de 30% da amostra de 12.000 europeus não confiam ou duvidam da ciência. Antes de começar a projetar e planejar seu ecomuseu, você precisa considerar o uso da outra forma de pensamento de que somos capazes, ou seja, o pensamento lateral, aquele que pensa para pensar, que quebra o molde, que usa o espaço livre além dos limites do “razoável” (De Bono, 1990). **Os ecomuseus podem usar e se propor a usar esse pensamento lateral, pois já o praticam por meio de ferramentas participativas e modelos de gestão como, por exemplo, a gestão compartilhada de bens comuns (Arena, 2006) e as parcerias cocriativas (Koster, 2020).**

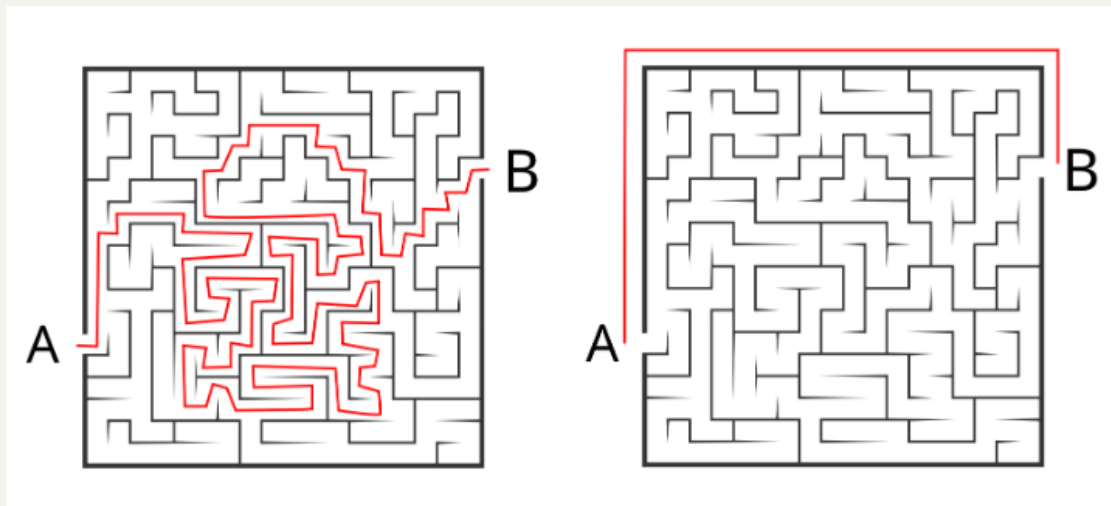
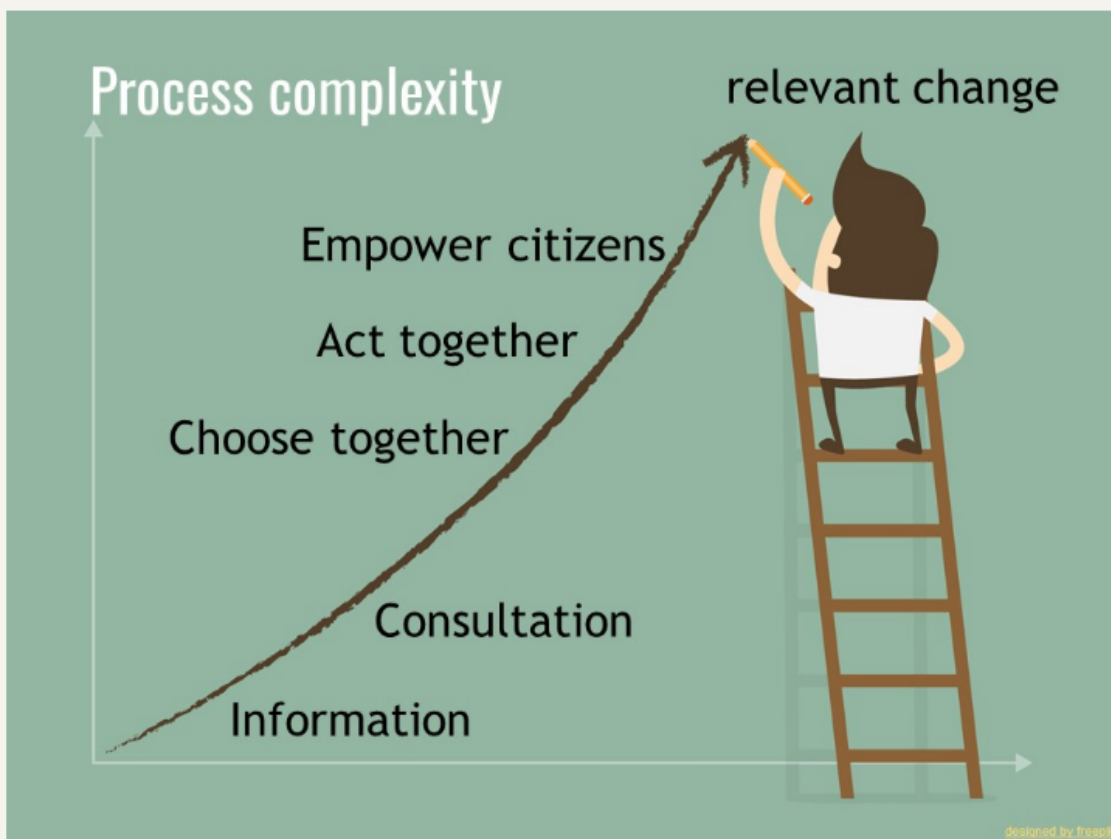


Figura 4. Diferença entre pensamento vertical e lateral.

Parcerias cocriativas

A cocriatividade é um processo que os educadores entendem bem: quando um professor promove para os alunos a capacidade de fazer sentido (direção e significado) que se baseia em suas experiências pessoais, visões e até frustrações. Quando há um vínculo de confiança, a criatividade do aluno é liberada. Muitas vezes resulta em novos aprendizados tanto para o professor quanto para o aluno, por isso é cocriativo. Se um museu colabora com uma organização e se um vínculo de confiança é estabelecido, a sinergia pode produzir visões, percepções e ferramentas de geração de ideias destinadas a desafiar os padrões de pensamento atuais. Além disso, os impactos serão significativos se os projetos e programas do museu forem voltados para a mudança dentro da cultura viva mais ampla e não apenas dentro dos prédios do museu.



Muitos museus, talvez até o seu, desenvolveram grandes experiências em áreas de interesse muito específicas: história, ciência, arte etc.). Por um lado, por meio de parcerias cocriativas, os museus podem facilitar o conhecimento e a compreensão (ou seja, experiência) de uma ampla gama de experiências. Por outro lado, podem facilitar o cruzamento de competência (cujo objetivo é controlar) e sabedoria (que gera bem-estar). Por meio dessa integração, os museus podem ajudar suas comunidades a imaginar futuros prósperos e inclusivos.

Gestão compartilhada dos bens comuns

Provavelmente seu museu está desenvolvendo processos de participação empreendidos “com” a comunidade. Para alcançar mudanças e impactos culturais significativos, considere experimentar os níveis mais altos da escala de participação, até o apoio a projetos comunitários (empoderamento) para a gestão compartilhada dos bens comuns. A situação actual, que devido à policrise assiste à redução drástica dos bens privados, exige o reconhecimento e valorização dos bens comuns. No entanto, por um lado, a comunidade muitas vezes não reconhece esses bens como patrimônio comunitário: os ecomuseus são muito ativos na solução desse problema. Por outro lado, o obsoleto modelo de governação, assente na lógica da bipolar gestão administrador-administrado, não permite à própria comunidade acionar os seus recursos para expressar ideias e implementar ações para a resolução de problemas que, muitas vezes, pela sua complexidade, não conseguem ser resolvido apenas por instituições como museus (Arena, 2006). Tentar resolver esse problema é complicado, mas é possível. Por exemplo, implementando o princípio da subsidiariedade que está na base das regras europeias, é possível promover a gestão partilhada dos bens comuns.

Boa prática: pactos de colaboração em Parabiago (MI)

Para o Ecomuseu do Parabiago (MI), os processos cocriativos e participativos são tão importantes quanto os resultados e os desdobramentos das ações planejadas. De facto, a interação dos atores locais é essencial para criar um senso de lugar e comunidade enquanto maximiza os impactos. Pretende-se não só a realização de atividades participativas, mas também o desencadeamento de acordos de cooperação com os cidadãos, para o cuidado, gestão e regeneração do património cultural e paisagístico. Desta forma, o ecomuseu torna-se um facilitador que permite às pessoas aplicarem as suas energias criativas e físicas, enquanto partilham recursos dentro da própria comunidade – tudo para o interesse geral e para a produção e desenvolvimento de bens comuns. Os acordos que foram concluídos ao longo dos anos foram formais e informais.

Para regulamentar e promover a gestão compartilhada, em 2016 a Prefeitura de Parabiago (que administra o ecomuseu) aprovou o Regulamento para a participação ativa da comunidade, para incentivar processos de resiliência para o cuidado, a regeneração dos espaços urbanos, a coesão social e a segurança (fig. z).

Cidadãos ativos enviaram ‘idéias’ que foram primeiramente revisadas pela equipe do Ecomuseu. O ecomuseu:

1. avalia o interesse geral da ideia e a coordenação com outros projetos ativados.
2. Identifica tendências relevantes que precisam ser apoiadas ou redirecionadas.
3. Identifica as partes interessadas e o património vivo que precisam ser envolvidos no projeto.
4. Define a forma como os projetos podem ser financiados, as formas de facilitar, capacitar e treinar os cidadãos ativos.
5. Identifica e define o programa de monitorização dos impactos desejados na e dentro da comunidade (identificando que tipo de mudança está sendo buscada).

#CONDIVIVI O CAMINHO DA PARTILHA

Partilhe dos bens comuns de Parabiago para construir a comunidade e liberar energia! Proponha e coopere em projetos de regeneração para melhorar sua cidade



Figura 6: Fonte: Ecomuseo di Parabiago

Quando a ideia se torna um projeto exequível, a Câmara Municipal aprova e o ecomuseu e os cidadãos assinam o acordo e passam a trabalhar juntos em plena autonomia. Na época o ecomuseu potencializou 39 projetos e alguns deles foram renovados. Para estes projetos, o fluxograma da fig.6 deve ser mais bem definido, de uma maneira circular. Na verdade, o acompanhamento do acordo celebrado dá feedback para melhor desenhar novos acordos. Se o seu museu quiser se tornar um catalisador para a adaptação cultural, ele precisará se familiarizar muito com esses processos para encontrar novas maneiras de garantir que o bem-estar de todo o planeta e de todos os seus habitantes continue sendo a visão geral de humanidade.

2. Como os ecomuseus podem ajudar a alcançar os ODS e suas metas?

Os ODS fornecem uma ferramenta útil para orientar os ecomuseus a alcançar impactos culturais significativos. Sugerimos a implementação de sete atividades principais alinhadas com os ODS (consulte McGhie, 2021, na página 13):

1. Proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural, tanto no âmbito dos museus como de forma mais geral.
2. Apoiar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
3. Promover a participação cultural de todos.
4. Apoiar o turismo sustentável/responsável.
5. Apoiar a pesquisa para o desenvolvimento sustentável, por exemplo, incentivando a atividade de pesquisa e compartilhando os seus resultados.
6. Direcionar as atividades e operações diárias para o desenvolvimento sustentável, por exemplo, por meio de gestão, recrutamento, uso de recursos, gestão de resíduos e abordagens e decisões de gestão.
7. Criar parcerias e colaborações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Você sempre pode se perguntar: “como posso desenvolver uma meta para melhor apoiar uma determinada atividade-chave?” ou “como posso apoiar melhor vários ODS por meio dessa atividade-chave?”.

Você pode encontrar respostas úteis no capítulo “Connecting the 21 Principles of Ecomuseums, the Sustainable Development Goals and Climate Action” (McGhie, 2022) no livro “Climate change Speeches and Practices from ecomuseums” ([link](#)) que ilustra como os ecomuseus podem contribuir para atingir as metas de desenvolvimento.

3. Integração dos ODS

Você pode integrar os ODS nos planos e projetos do ecomuseu, seguindo diferentes métodos. Aqui estão alguns deles:

1. **Integração através dos ODS.** Implemente um plano de ação para integrar um ou mais ODS com base nas 7 ações acima. Se você escolher essa abordagem, considere também os impactos positivos e negativos nos outros ODS.
2. **Integração através de iniciativas externas.** Vinculado a iniciativas externas desenvolvidas internacionalmente (dias, anos ou décadas internacionais), com implementação de um plano de ação baseado nas 7 ações.
3. **Integração por projeto.** Use um projeto existente ou planejado: entenda o seu potencial de desenvolvimento sustentável, benefícios e custos e faça um plano para maximizar os benefícios e reduzir e eliminar os impactos negativos, usando as sete atividades principais como um guia para programação, entrega e comunicação.
4. **Integração através de parcerias:** Trabalhe com outras Instituições Culturais ou outros atores comprometidos com o mesmo ODS ou um conjunto de ODS, adaptados às circunstâncias locais. Assim como a vinculação a iniciativas externas, a parceria gera maiores resultados porque reúne recursos e resultados que não podem ser gerados sozinhos.
5. Desenvolva políticas, **calendários, e alocue recursos** para atividades de desenvolvimento sustentável, com a eliminação de práticas e políticas desnecessárias que têm impactos negativos.
6. **Integração por meio de práticas de trabalho, treinamento e emprego.** Faça do desenvolvimento sustentável o trabalho de todos, garanta que todos tenham um papel e responsabilidade claros e seus impactos positivos e negativos nos ODS. Inclua o desenvolvimento sustentável nos seus processos de treinamento e recrutamento de voluntários e funcionários.
7. **Integração por meio de monitorização, avaliação, preparação de relatórios e comunicação:** Alinhe as atividades do ecomuseu com os ODS. Ele comunica as atividades de forma aberta e transparente em termos dos ODS, destacando tanto os desenvolvimentos positivos quanto os impactos negativos a serem abordados.
8. **Integração através da experiência, familiaridade e uso diário:** Procure integrar os ODS e o desenvolvimento sustentável tornando-os uma prática diária; os ODS e o desenvolvimento sustentável passam a fazer parte das formas de trabalho e interação das pessoas e, quando devidamente compreendidos, no contexto da visão da Agenda 2030.

Boa prática: Economia circular em Parabiago (MI)

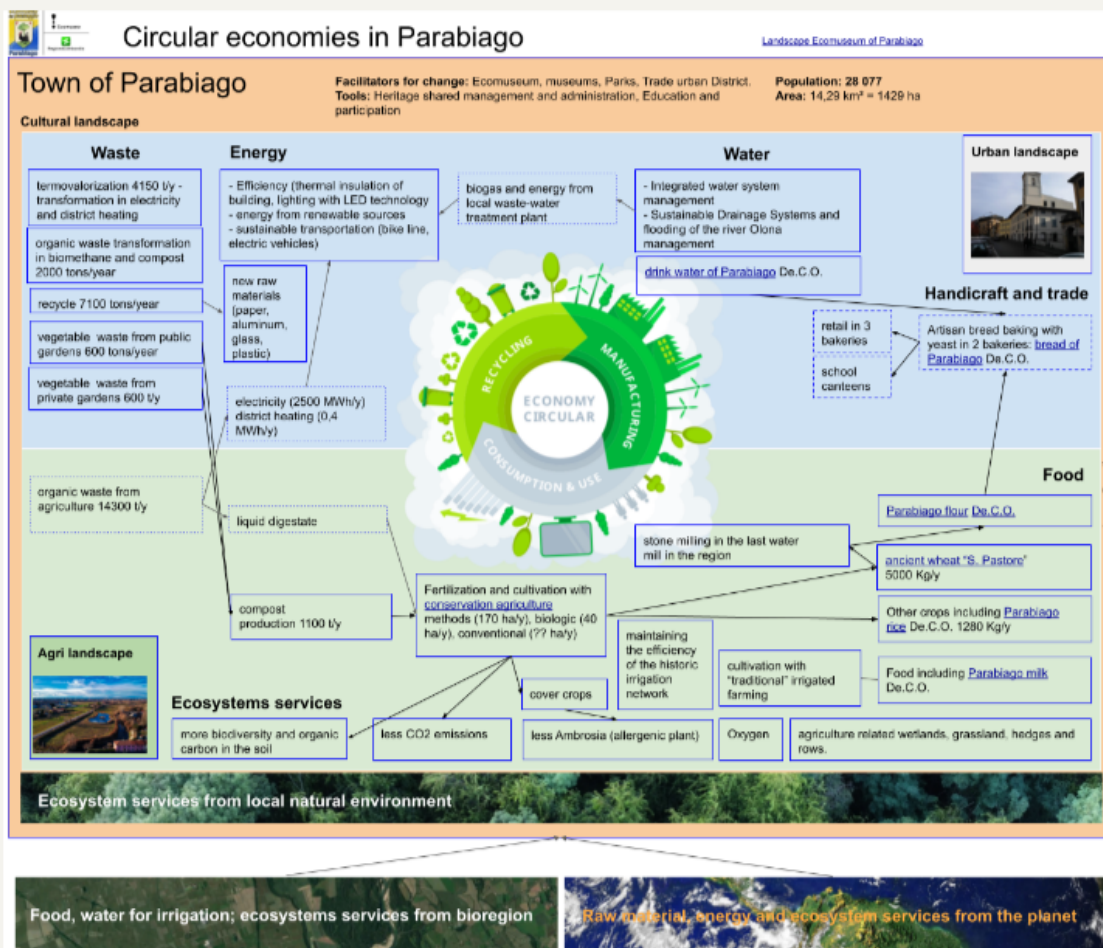
Um exemplo de integração dos ODS por meio de parceria que diz respeito à economia circular em Parabiago.

A agropecuária não é a principal atividade econômica de Parabiago (MI), mas as terras agrícolas são uma característica muito importante de sua paisagem e um elo vital entre o homem e a natureza. O Ecomuseu tem explorado o potencial de abraçar os princípios de uma ‘economia circular’. Nesta abordagem existem três princípios básicos: eliminar o desperdício/poluição; garantir que os materiais e produtos possam ser reutilizados; e que a natureza seja regenerada neste processo. A circularidade, sem dúvida, deve ser a característica de um futuro sustentável. Em 2015, o Ecomuseu propôs um projeto à comunidade local, para a EXPO de Milão “Alimentando o planeta, Energia para a vida!”. Este projeto centrou-se na produção de pão, usando uma cadeia de abastecimento totalmente local, incluindo grãos locais, processamento local e mercados locais – com uma atenção estrita ao desperdício ao longo da cadeia de valor. Havia muitos parceiros locais envolvidos, incluindo agricultores, padeiros, varejistas e consumidores. (Dal Santo, 2020).

Em uma economia circular, o ciclo de vida de materiais e produtos é estendido. Circularidade significa que o resíduo é sempre tratado como um novo insumo que tem valor e está sendo continuamente reciclado. Essencialmente, este é o processo fundamental dos sistemas biológicos da Terra. Adotar a circularidade requer uma mudança na abordagem tradicional de pegar-fazer-desperdiçar que se tornou uma parte predominante da sociedade de consumo moderna. O Ecomuseu do Parabiago tem trabalhado com seus parceiros para desenvolver exemplos de abordagens circulares dentro de sua economia local (Fig. 7). O objetivo é que os insumos materiais (materiais novos e reciclados) sejam processados de forma eficiente para criar bens que atendam às necessidades das pessoas, enquanto os resíduos se tornam novos insumos nos processos em andamento. O resultado é que materiais naturais e produzidos pelo homem continuam circulando na economia sem gerar grandes quantidades de lixo. Parabiago é avançado em gestão de resíduos e água, artesanato e comércio, mas muito menos em energia e produção de alimentos. Por isso, o ecomuseu avaliou que os maiores ganhos poderiam ser obtidos na regeneração da paisagem.

O Ecomuseu do Parabiago está ajudando os agricultores a aproveitar as percepções do patrimônio local, especialmente o conhecimento da paisagem cultural, para adaptar as práticas agrícolas para que atendam melhor às crescentes necessidades do presente e do futuro. É vital que as partes interessadas locais se sintam empoderadas para trabalhar em equilíbrio com a natureza. No entanto, as interações da comunidade de Parabiago com outras partes da Itália e do mundo permanecem em grande parte ligadas aos métodos intratáveis de nosso insustentável mercado global de bens. Idealmente, as pessoas de uma região podem atender às suas necessidades por meio de sua dependência de recursos e sistemas naturais locais, ao mesmo tempo em que reduzem drasticamente a dependência de bens originários de terras distantes. O Ecomuseu estabeleceu um diálogo com agricultores, varejistas e cidadãos locais para experimentar uma abordagem mais sustentável para a produção de alimentos, projetada para atender à demanda local.

Ao abraçar os princípios de uma economia circular, o ecomuseu afirma que é possível dissociar significativamente as emissões de carbono e outras formas de resíduos do crescimento econômico. No entanto, o objetivo da sustentabilidade será prejudicado se as economias de mercado dependerem de longas e complicadas cadeias de suprimentos para seus produtos. Essa abordagem tradicional de bens globais depende inteiramente de transporte relativamente barato e poluente e é impulsionada pela demanda corporativa e social para maximizar o PIB, mesmo à custa da erosão dos sistemas naturais da Terra. Com a realidade de um sistema econômico globalizado terceirizando enormes custos reais pelos quais não quer ser responsável, será preciso muita coragem para as comunidades viverem localmente. Quanto mais ecomuseus e museus tradicionais puderem se tornar catalisadores para economias localizadas e promover princípios de circularidade, mais rápido a humanidade poderá respirar aliviada.



Monitorização de Impactos, Relatório de SUSTENTABILIDADE

Breve Descrição

O objetivo desta unidade é dotar os ecomuseus de instrumentos de monitorização dos seus impactos na sustentabilidade. Para atingir tal objetivo, será importante debater:

- Ferramentas de monitorização dos resultados dos ecomuseus e principalmente dos impactos dentro e fora da Instituição cultural.
- Como escrever um relatório de sustentabilidade compartilhado para disseminar ações de sustentabilidade.

1. Relatório de Sustentabilidade

Monitorizar, avaliar, relatar e comunicar os resultados, resultados e impactos do projeto são ações muito importantes para um ecomuseu.

De acordo com a Global Reporting Initiative (GRI), 2011), o relatório de sustentabilidade significa: “a prática de medir, divulgar e prestar contas às partes interessadas, internas e externas, pelo desempenho organizacional em direção ao objetivo do desenvolvimento sustentável... Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma representação equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade de uma organização relatora – incluindo contribuições positivas e negativas”.

O relato de sustentabilidade, na forma de relato de responsabilidade social corporativa, existe há décadas, principalmente no setor comercial, mas qualquer tipo de organização pode relatar sua atividade e há boas razões para fazê-lo. Os ecomuseus podem adotar princípios de relato de sustentabilidade, para divulgar os seus compromissos de sustentabilidade e os resultados obtidos. É possível elaborar um relatório especial ou integrar os princípios nos documentos que o ecomuseu já elabora (programas e relatórios plurianuais). Isso ajuda a promover a confiança do público e a construir a confiança das partes interessadas. Também ajuda a impulsionar ações e construir colaboração entre os funcionários e entre os ecomuseus e outros parceiros.

A maior iniciativa de relatórios de sustentabilidade é gerenciada pela Global Reporting Initiative (GRI). Existem vários recursos excelentes para ajudar as empresas a integrar os ODS nos relatórios de sustentabilidade. Estes podem ser aplicados a todos os tipos de organizações, incluindo ecomuseus. Escrever um relatório compatível com a GRI envolve um investimento significativo de tempo e recursos, mas segundo McGhie (2021) os princípios podem ser facilmente utilizados por qualquer pessoa que queira aumentar sua transparência e cumprir com princípios de responsabilidade, apresentando de forma aberta e honesta a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. A GRI utiliza os seguintes princípios, que podem ser implementados pelo Ecomuseu ao relatar suas ações para o alcance do desenvolvimento sustentável, independentemente de reportar ou não à GRI:

1. **Materialidade:** ou seja, relatar o que importa, também chamado de ‘prioridade de princípio’, relatar os impactos de sustentabilidade mais salientes, tanto positivos quanto negativos.
2. **Inclusão de partes interessadas:** as partes interessadas são claramente identificadas, e procura-se a sua opinião sobre aquilo para que uma organização deve trabalhar, no que diz respeito à satisfação das necessidades e aspirações das partes interessadas e no padrão de serviços prestados.
3. **Contexto de sustentabilidade:** O relatório deve apresentar a atividade das organizações no contexto mais amplo da sustentabilidade.
4. **Integridade:** O relatório deve incluir conteúdos que reflitam adequadamente os impactos positivos e negativos de uma organização em todas as dimensões sociais, ambientais e econômicas, para que as partes interessadas possam entender adequadamente o desempenho de sustentabilidade da organização.

De acordo com McGhie (2021) um relatório de sustentabilidade, em conformidade com os princípios da GRI, incluirá o seguinte:

Prefácio:	Declaração assinada pelo funcionário mais antigo, ou pelo Conselho de Administração
Perfil Organizacional e de governança:	Breve descrição da organização, incluindo sua missão e estrutura de governança
Estratégia e análise:	Um resumo estratégico descrevendo como o GLAM se relaciona com os desafios do desenvolvimento sustentável e como eles são incorporados em sua visão, plano estratégico, planos operacionais e sistema de relatórios
Parâmetros do relatório:	Escopo, limites (parâmetros de relatório, por exemplo, setor, local, tempo, período) e metodologia de relatório
Ambiente, Sociedade, Economia:	O argumento central. Isso identificará objetivos, metas e indicadores relevantes e relatará o progresso em abordá-los. As contribuições positivas e negativas para cada aspecto da sustentabilidade devem ser relatadas
Conclusões:	Um resumo das principais conclusões do relatório. As conclusões podem incluir a discussão sobre o que foi alcançado e o que não foi alcançado e estabelecer prioridades para atividades futuras.

Recursos online: Para desenvolver relatórios de sustentabilidade, você pode usar recursos disponíveis online, como:

- **Relatórios de Negócios sobre os ODS: Uma Análise dos Objetivos e Metas (GRI e UNGC, 2017)** ([link](#)). Essa ferramenta vincula os requisitos de relatórios de sustentabilidade aos ODS e sugere atividades a serem realizadas.
- **Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Relatórios Corporativos: Um Guia Prático (GRI e UNGC, 2018)** ([link](#)) Este relatório destina-se principalmente a organizações que já estão realizando relatórios de sustentabilidade.
- Abordagens e metodologias de reporte da sociedade civil sobre os ODS e a Agenda 2030: Diretrizes de Reportagem em Destaque da Rede TAP (Rede TAP, 2021) ([link](#))
- **SDG Compass** ([link](#))
- **B Impact Assessment tool** ([link](#))

2. Monitorização de impactos (avaliação interna e externa, ferramentas de autoavaliação)

A avaliação em algumas regiões europeias é condição legal para a atribuição e manutenção do rótulo “ecomuseu”. É também, e talvez acima de tudo, uma forma de melhorar constantemente a qualidade dos métodos e confirmar a realidade de utilidade social de cada ecomuseu.

Avaliação Externa. Muitas regiões italianas aprovaram leis sobre ecomuseus, mas poucas estão avaliando o desempenho dos ecomuseus e monitorizando os seus impactos. A região da Lombardia, por exemplo, avaliou os ecomuseus com um questionário ([link](#)) e por meio de visitas in loco. A Rede de ecomuseus da Lombardia criou o Vademecum para ecomuseus 2.0 para explicar e aprofundar os novos requisitos mínimos para o reconhecimento de ecomuseus na Lombardia ([link](#)).

Autoavaliação (interna). Se você faz parte de um ecomuseu que não tem possibilidade de ser avaliado externamente ou deseja avaliar as atividades do ecomuseu com mais frequência, você pode ativar a autoavaliação interna. Qualquer autoavaliação deve ser decidida, desenhada e executada pelas pessoas que tomam a iniciativa, e isso, na medida do possível, de forma coletiva e com avaliação de contradições, a fim de chegar a decisões consensuais.

Em 2015, De Varine propôs um trabalho coletivo de autoavaliação que deveria levar a uma melhoria consensual de objetivos, métodos e programas. Não se trata de produzir resultados quantitativos ou estatísticas aparentemente “objetivas”. É também, em certo sentido, um curso de autoformação para as pessoas mais envolvidas na vida do ecomuseu e que muitas vezes não obtiveram uma qualificação profissional específica.

A tabela de autoavaliação proposta por De Varine pede aos ecomuseus que respondam a três perguntas que convidamos você a abordar separadamente:

Avaliação da própria estrutura: um ecomuseu não é uma instituição ordinária, os seus parâmetros podem, e muitas vezes devem, evoluir: o território, a demografia, o próprio conceito de património, os meios humanos e materiais, a passagem das gerações, os objetivos principais e secundários, explícitos e implícitos, as modalidades de participação, por vezes até o estatuto jurídico, tantos elementos quanto convém reformular e questionar periodicamente, de forma a assegurar a sustentabilidade do ecomuseu.

Avaliação do impacto na comunidade, que permitirá medir a utilidade social do ecomuseu: a gestão do património não é a única função do ecomuseu, e não é apenas o efeito produzido no património que deve ser examinado e medido, mas o impacto em todas as dimensões do património local desenvolvido de forma dinâmica, ou seja, acompanhando as mudanças endógenas e exógenas que afetam o território e a comunidade.

Avaliação do processo do ecomuseu e dos métodos utilizados, para melhorar constantemente a eficácia da ação nas suas diversas formas: modalidades de participação.

A tabela de avaliação está disponível em [este site](#).

A Avaliação Interna também pode ser desenvolvida por meio das sete atividades-chave propostas por McGhie relatadas na Unidade 2 (Ponto 2). Eles podem ajudá-lo a identificar as suas principais contribuições para o desenvolvimento sustentável, tanto positivas quanto negativas (McGhie, 2021).

3. Modelo de impactos internos/externos

Uma vez que um ecomuseu assume o papel de “catalisador cultural”, seus processos de planejamento devem ser baseados nas necessidades do presente e do futuro, ao mesmo tempo em que são informados e guiados por percepções do passado. Uma das oportunidades centrais para os museus hoje é expandir seu foco da geração de produtos culturais para consumo público (por exemplo, exposições, programas, publicações etc.), grupos, comunidades, organizações e muito mais. Se você está pronto para esta mudança radical na visão e na prática dos museus, sugerimos que você avalie os impactos do ecomuseu através do modelo “**Inside-Outside Impacts**” de Douglas Worts (Fig.8). Existem dois componentes fundamentais para o modelo. A primeira é a dimensão “Interior”, que se concentra na manifestação física do museu e seu conteúdo, bem como na governança, habilidades, conhecimento, sabedoria, processos e paixão que são mantidos por sua equipe (tanto remunerada quanto voluntária). A segunda dimensão do modelo é o “Externo”, que envolve todas as partes componentes de nossa cultura viva: pessoas, comunidades, lugares, processos, valores, metas, comportamentos, sistemas, tendências e muito mais. A cultura, em todas as suas formas e manifestações, vive em toda a dimensão “externa”. O capítulo de D Worts e R. Dal Santo no livro “Climate Changes Discursos e Práticas dos ecomuseus” ([link](#)) ilustra o modelo em detalhes.

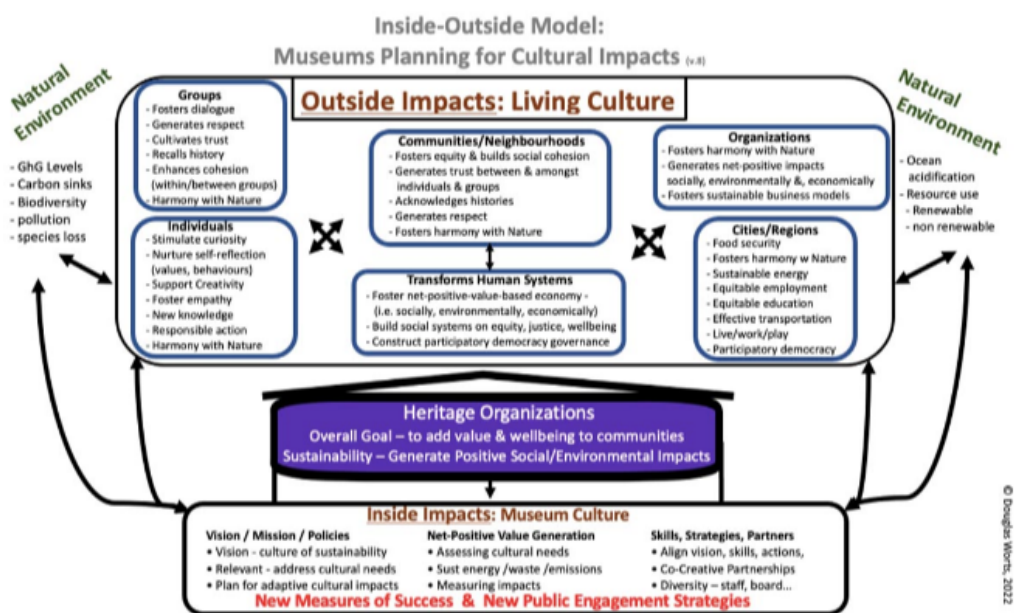


Figura 8: O modelo de impactos internos/externos por Douglas Worts.

Boa prática: O capítulo de R. Dal Santo e D. Worts no livro “Discursos e práticas das mudanças climáticas a partir de ecomuseus” ([link](#)) ilustra a aplicação do modelo de impacto “Inside-Outside” no estudo de caso do ecomuseu de Parabiago. Este ecomuseu usou o modelo para orientar seu trabalho em direção a impactos cocriativos com base na sustentabilidade. O Ecomuseu do Parabiago desenvolveu um conjunto de estratégias para engajar muitas partes interessadas da comunidade em discussões sobre a evolução das necessidades da comunidade e a melhor forma de atendê-las. Ao adotar uma abordagem holística, o ecomuseu opera indiretamente sobre as doenças da paisagem física (por exemplo, perda de biodiversidade, poluição da água e desenvolvimento inadequado), por meio de intervenções diretas sobre as doenças da paisagem cultural “invisível” (por exemplo, falta de consciência de como comportamento humano está degradando os sistemas naturais, falta de senso de lugar).

Número de horas de dedicação	60 min para os textos
	60 min para questões de autorreflexão
	Mínimo de 60 min para auto-avaliação
	60 min para referências e links

Bibliografia

Referências bibliográficas

Arena G., 2006, *Cittadini attivi: un altro modo di pensare all'Italia*. Roma-Bari: Laterza.

Borrelli, Mela, Mura, in pubblicazione, *Chi sostiene la sostenibilità nel turismo. Il ruolo della comunità*, Milano, Ledizioni.

Borrelli, N., & Davis, P. (2012). *How culture shapes nature: Reflections on ecomuseum practices*. *Nature and Culture*, 7(1), 31-47.

Brown, K. 2019. *Museums and Local Development: An Introduction to Museums, Sustainability and Wellbeing*, *Museum International*, Vol. 71, No. 3-4, pp. 1-13.

Brundtland, G. H. (1987). Our common future—Call for action. *Environmental Conservation*, 14(4), 291-294.

Davis, P. (2011). *Ecomuseums: a sense of place*. A&C Black.

De Bono E. 1990 *Lateral Thinking: Creativity Step-By-Step*, Penguin Books Ltd.

Duarte Cândido, M.M. 2012. *Heritage and Empowerment of Local Development Players*, *Museum International*, Vol. 64, No. 1-4, pp. 43-55, DOI: [10.1111/muse.12014](https://doi.org/10.1111/muse.12014).

GRI (2011). *Sustainability Reporting Guidelines*, 2011. Global Reporting Initiative, Amsterdam.

Koster, Emlyn, “*Relevance of Museums to the Anthropocene*”, *Informal Learning Review*, No. 161, Informal Learning Experiences, Inc: May/June 2020

Lanzinger, M., & Garlandini, A. (2019). *Local Development and Sustainable Development Goals: A Museum Experience*. *Museum International*, 71(3-4), 46-57.

McGhie H, in publication, *Connecting the 21 Principles of Ecomuseums, the Sustainable Development Goals and Climate Action*, *Climate changes discourses and practices from ecomuseums*, Milano, Ledizioni-LediPublishing.

McGhie, H. A. (2021). *Mainstreaming the Sustainable Development Goals: a results framework for galleries, libraries, archives, and museums*. *Curating Tomorrow*, UK available at: http://www.curatingtomorrow.co.uk/wp-content/uploads/2022/03/mainstreaming-the-SDGs_2021.pdf

McGhie, H. A. (2022). *Understanding the Sustainable Development Goals and targets*. *Curating Tomorrow*, UK available at: <http://www.curatingtomorrow.co.uk/wp-content/uploads/2022/08/Understanding-the-SDGs-and-Targets-2022.pdf>

McGhie, H.A. 2020. *Evolving climate change policy and museums*, *Museum Management and Curatorship*, Vol. 35, No. 6, pp. 653-662.

OECD and ICOM. 2018. *Culture and local development: maximising the impact. Guide for Local Governments, Communities and Museums*. OECD/ICOM.

Riva, R. 2020. *Cultural landscapes and sustainable development: the role of ecomuseums*, *Sustainable Mediterranean Construction*, Vol. 11, pp. 25-29. Available at: http://www.sustainablemediterraneanconstruction.eu/SMC/The_Magazine_n.11_files/1102.pdf

Sutter, G. C., & Teather, L. (2017). *Getting to the core: Can ecomuseums foster cultures of sustainability? Ecomuseums and Cultural Landscapes: State of the Art and Future Prospects*, 53-59.

Worts D., Dal Santo R., in publication, *The Inside-Outside Model – Animating the Muses for Cultural Transformation Amid the Climate Crisis*, *Climate changes discourses and practices from ecomuseums*, Ledizioni-LediPublishing.

Sitografia e exemplos práticos

- Henry McGhie manuals for museums and sustainability: <http://www.curatingtomorrow.co.uk/resources/>
- Parish maps: <https://www.commonground.org.uk/parish-maps/> ICCROM "Our Collections Matter" toolkit, provides a set of suggested indicator activities for each SDG target, and links to good-quality tools to help embed sustainable development action into museums and other collections-based institutions. <https://ocm.iccom.org/>
- Local 2030 website <https://local2030.org/>
- SDG Helpdesk contain many excellent resources <https://sdghelpdesk.unescap.org/>
- Ecological footprint: <https://data.footprintnetwork.org/#/>
- Sustainability books:
 - <http://www.rachelcarson.org/SilentSpring.aspx>
 - https://pages.mtu.edu/~asmayer/rural_sustain/governance/Hardin%201968.pdf
 - <https://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>
- Understanding the SDGs target and indicators: <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/> & <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>.
- Planet boundaries: <https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html> & <https://www.scienzainrete.it/contenuto/articolo/milly-barba-rita-occhipinti-michela-perrone-valentina-tudisca/confini-planetari>
- <https://www.overshootday.org/content/uploads/2022/06/Earth-Overshoot-Day-2022-Nowcast-Report.pdf>
- The "Brundtland report": https://www.unicas.it/media/2732719/Rapporto_Brundtland_1987.pdf



Cofinanciado pela
União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International.

Planeamento, Iniciação e Sustentabilidade do Ecomuseu

Introdução

Descrição do Módulo/Apresentação

Este módulo é focado em abordagens práticas e ferramentas que podem ser úteis no processo de conceção e desenvolvimento dos ecomuseus. Refere-se a uma sequência de etapas e passos a serem percorridos no processo de planeamento participativo, como a elaboração da visão, a realização do diagnóstico da situação, a definição da missão e dos objetivos, a busca de soluções e a determinação das atividades e tarefas necessárias, e o desenvolvimento do plano de ação. Especial atenção é dada à metodologia de diagnóstico e às suas ferramentas. No processo de planeamento do ecomuseu vale a pena incluir princípios e ferramentas de interpretação do património. A parte final do módulo permite analisar vários aspetos da operação do ecomuseu que devem ser levados em consideração no processo de planeamento para garantir a sustentabilidade do ecomuseu.

O principal objetivo deste módulo é fornecer o conhecimento necessário sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade do ecomuseu, incluindo:

- processo de planeamento e métodos a serem aplicados no desenvolvimento de um ecomuseu
- diagnóstico da comunidade local para planear o ecomuseu: processos e ferramentas
- princípios de interpretação do património
- gestão de ecomuseus
- operação dos ecomuseus: atividades, ofertas, produtos
- desenvolvimento de ecomuseus
- redes internas e externas: barreiras e benefícios

Resultados de Aprendizagem do Módulo

O principal resultado deste módulo será a compreensão do desenvolvimento de um ecomuseu, o seu passo a passo, de forma abrangente. Ele fornecerá modelos e exemplos baseados em Melhores Práticas de ecomuseus. Ele fornecerá conhecimento prático para ser usado em todas as etapas do desenvolvimento do ecomuseu.

1. Os participantes saberão como projetar e planear um ecomuseu com base no diagnóstico do património da comunidade local, e a identificação de recursos humanos e institucionais
2. Os participantes conhecerão os princípios de interpretação do património e como aplicá-los na conceção de um ecomuseu
3. Os participantes analisarão um sistema de gestão de ecomuseus com base em modelos existentes
4. Os participantes compreenderão a diversidade dos ecomuseus
5. Os participantes considerarão e integrarão o desenvolvimento como um processo permanente dos ecomuseus
6. Os participantes analisarão aspetos do networking na operação e desenvolvimento do ecomuseu

Métodos e Processos de Planeamento para Ecomuseus

Breve Descrição

Compreensão dos seguintes pontos:

- Importância do planeamento no desenvolvimento de um ecomuseu (nas fases inicial e avançada)
- Processo de planeamento – etapas a serem seguidas
- Métodos a serem usados ao realizar o processo de planeamento

O planeamento é uma sequência de etapas, um método para atingir metas, uma receita para o trabalho em equipe, uma visão de futuro a ser implementada. Pelo planeamento pode-se prever e evitar dificuldades, aproveitar as oportunidades, realizar o objetivo das atividades, mobilizar-se para empreendimentos mútuos, subordinando comportamentos a objetivos próprios. Um dos efeitos importantes do planeamento é certificar-se de que existe um processo possível de implementar que servirá para alcançar os objetivos.

O processo de planeamento do ecomuseu será sempre realizado num ambiente particular que é essencial compreender, logo, este terá de ser sempre o primeiro passo.

O processo de planeamento é definido de forma diferente por vários especialistas e consiste em várias etapas. No caso de um ecomuseu, é importante começar a ter uma visão geral antes de planear.

1. **Preparando uma visão do ecomuseu** (conteúdos, conhecimentos transmitidos e valores educativos, património a interpretar, principais parceiros, potencial sistema de gestão e financiamento). O incentivo à criação de um ecomuseu também pode ser uma questão definida, no que diz respeito à manutenção do património.

Há duas abordagens principais para o planeamento, com foco em:

- **PROBLEMA** – o planeamento é submetido para definir os problemas e todo o processo serve para encontrar as soluções para resolvê-los. Concentrar-se em um problema pode limitar o plano a apenas encontrar o método mais simples para resolvê-lo. No entanto, no processo, uma das questões mais importantes é definir bem o problema, distinguindo a sua essência dos seus efeitos.
- **VISÃO** – o planeamento é baseado na construção de uma visão comum no aspeto/área definido (transporte local, vila amigável para pessoas com deficiência). Nesse caso, o processo é focado na definição das necessidades e no seu melhor atendimento. Não deve haver limitação, e deve-se buscar o estímulo à imaginação e a soluções não convencionais. No processo de planeamento dos ecomuseus, esta abordagem parece mais efetiva.

2. **Preparando o diagnóstico** de recursos naturais e culturais, património material e imaterial, infraestrutura, potenciais parceiros. Análise SWOT (veja mais sobre como fazer diagnósticos no próximo módulo).

3. **Definindo a missão e os objetivos** de criação do ecomuseu.

A missão do ecomuseu refere-se à mudança que a entidade quer introduzir no mundo e nos seus valores. Formular a missão do ecomuseu é o principal passo para, então, começar a definir objetivos específicos, que servirão de base para as atividades a serem desenvolvidas.

Uma definição adequada de metas é essencial para a sua implementação. O conceito SMART pode nos ajudar a desenvolver os objetivos do ecomuseu. Seu nome representa as primeiras letras de cinco características de objetivo bem definido.

S	⇒	ESPECÍFICOS (SPECIFIC)	Os objetivos devem ser definidos de forma clara, para que não haja dúvidas e seu entendimento seja fácil
M	⇒	MENSURÁVEIS (MEASURABLE)	A definição dos objetivos deve permitir avaliar o grau de sua consecução.
A	⇒	ACEITÁVEIS (ACCEPTABLE)	As metas devem ser compreensíveis e aceitas por todos os interessados em sua realização e engajados em sua implementação.
R	⇒	REALISTAS (REALISTIC)	Os objetivos devem ser alcançáveis.
T	⇒	COM DURAÇÃO DEFINIDA (TIME BOUNDED)	A sua implementação deve ter prazo determinado, até quando devem ser concretizados.

Todos os objetivos devem permitir a realização da visão do ecomuseu. Este é também um bom momento para descrever o conceito geral do ecomuseu.

• Desenvolvendo um plano de ação

Objetivos bem definidos devem ser a base para o desenvolvimento do plano de ação.

OBJETIVOS	TAREFAS	CRITÉRIOS PARA O SUCESSO	CRONO- GRAMA	RECURSOS

Quanto mais específico for o plano de ação, melhores serão as diretrizes para sua implementação. Terá de ser estruturado de acordo com os objetivos, que incluirão uma lista de tarefas para a sua concretização. Os critérios para medir o sucesso devem surgir do objetivo bem definido e permitir avaliar a sua concretização. É importante indicar o prazo para a realização de cada tarefa e definir o ponto de partida para definir também o cronograma de execução. Para a implementação de cada tarefa, serão exigidas a garantia de todos os tipos de recursos necessários, por ex. físico, financeiro, humano. No caso de haver mais parceiros envolvidos, é útil definir o líder de cada tarefa, a pessoa que será responsável pela sua realização.

Na elaboração do plano de ação é importante definir as prioridades, e as tarefas devem ser analisadas tendo em conta a sua importância e urgência. É importante especificar quais são as tarefas que são mais relevantes para o conceito como um todo ou para a realização de outras tarefas. Algumas tarefas podem exigir desembolsos financeiros significativos, portanto, devem ser adiadas até que os fundos sejam levantados (a captação de recursos em si também pode ser uma tarefa neste caso).



A fim de envolver as instituições, organizações, empresas e pessoas das comunidades locais, o processo de planejamento do ecomuseu deve seguir uma abordagem participativa. Esse planejamento deve ser baseado em reuniões, workshops, trabalhos de campo – permitindo a troca de informações, reflexões, ideias e gerando novas abordagens e formas de implementação muitas vezes inovadoras. Essas conclusões tiradas do diagnóstico devem ser usadas como ponto de partida.

O planejamento não deve ser limitado a uma fase inicial de desenvolvimento do ecomuseu, pois o ecomuseu é um empreendimento dinâmico. A operação, gestão e eficácia do Ecomuseu devem ser monitoradas e avaliadas regularmente. As conclusões e recomendações da avaliação devem ser a base para o processo de planejamento e podem se referir a todo o ecomuseu (algumas mudanças sistêmicas) ou a aspectos selecionados da operação e gestão do ecomuseu.

Unidades de Aprendizagem 2

Diagnóstico da Situação

Breve Descrição

Compreensão dos seguintes pontos:

- diagnóstico da situação e seu papel no processo de projeto/planejamento no ecomuseu
- processo de diagnóstico – passo a passo
- Métodos e ferramentas de diagnóstico
- O que diagnosticar? Métodos de diagnóstico para ecomuseus

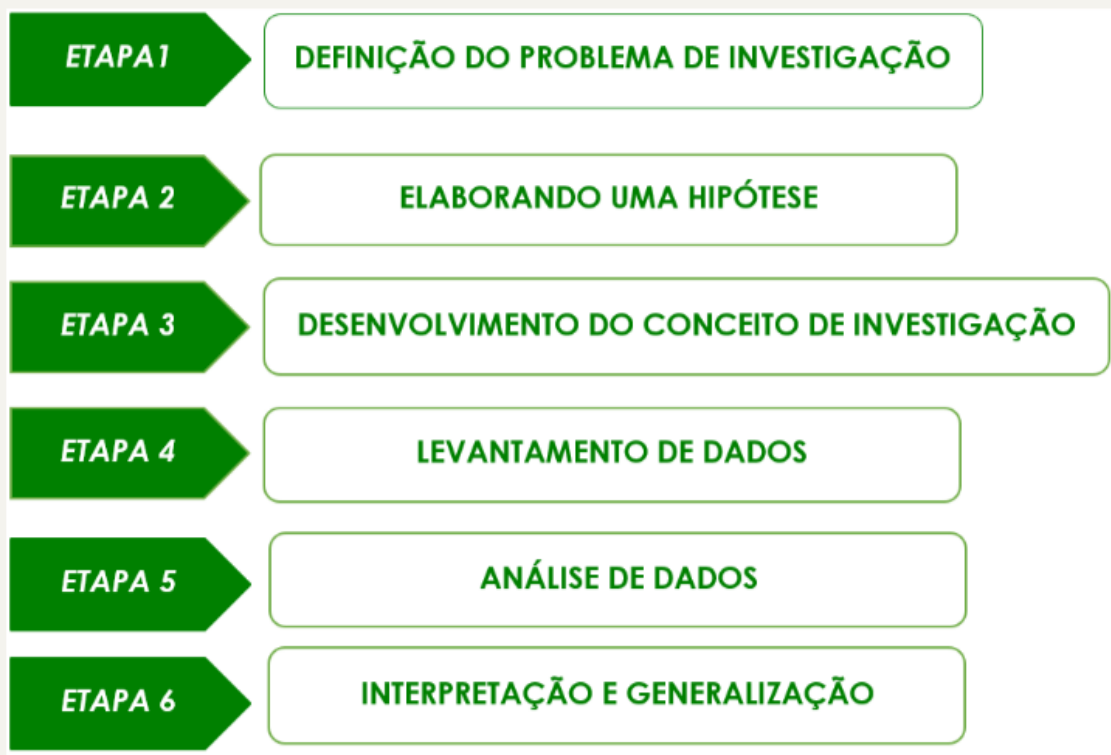
O diagnóstico serve para conhecer a situação, avaliar as possibilidades de desenvolver os aspectos da comunidade e da área, e solucionar problemas, inclusive com o melhor entendimento de sua essência e suas causas. Permite conhecer as diversas opiniões e pontos de vista da comunidade e recolher ideias e sugestões de várias pessoas e instituições. É uma forma de coletar, analisar e interpretar dados. É também uma boa oportunidade para divulgar a ideia de lançar e desenvolver um ecomuseu.

O diagnóstico do ecomuseu deve incluir uma análise complexa do potencial patrimonial, das suas características específicas, do seu estado de conservação, dos elementos que se encontram em perigo e dos recursos que podem ser tidos em conta (e.g. infraestruturas, estado de propriedade). É muito importante ver o património de forma ampla e pesquisar seus aspectos naturais e culturais, tangíveis e imateriais. É importante desenhar o escopo e o procedimento de diagnóstico para obter informações e dados importantes a serem usados na elaboração de um projeto e desenvolvimento de um ecomuseu.

O diagnóstico permite:

- compreender a situação e a perceção do património pela comunidade local
- envolver pessoas e ganhar aliados para o ecomuseu
- melhor determinação de necessidades, competências, motivações e possibilidades de ação
- confrontar pontos de vista e opiniões com dados empíricos
- melhor aproveitamento dos recursos e da energia das pessoas
- acompanhar tendências, mudanças e processos.

O diagnóstico consiste em várias etapas:



As principais ferramentas de diagnóstico são:

- Análise de documentos (investigação de gabinete)
- Questionários de Investigação
- Entrevistas
- Observação

Análise de Documentos

A análise de documentos é o primeiro passo para entender a situação e preparar outras atividades de investigação. Todos aqueles documentos que possam ser úteis e fornecer informações importantes no processo de planeamento do ecomuseu (relatórios, projetos, artigos, estratégias, mapas etc.) devem ser incluídos na análise.

Questionários de Investigação

Os questionários de investigação permitem coletar dados quantitativos, conhecer opiniões, tendências e atitudes em relação aos recursos patrimoniais, seus valores, ideias para proteger e manter, potencial. É um bom método para atingir um público mais amplo. Existem várias técnicas para realizar o levantamento:

- PAPI (Paper and Pencil Interview) – os pesquisadores conduzem as entrevistas e registram as respostas
- CATI (Computer Assisted Telephone Interview) – os pesquisadores fazem perguntas por telefone e registram as respostas no computador
- CAWI (Computer Assisted Web Interviewing) – questionário on-line
- CAPI (Computer Assisted Personal Interview) – investigação realizada na casa do entrevistado.

Uma das partes mais difíceis é projetar o questionário de forma que as perguntas sejam claramente compreensíveis e úteis para coletar os dados interpretáveis necessários. As informações coletadas tendem a ser esquemáticas e não fornecem uma imagem completamente coesa, mas mostram as opiniões compartilhadas por um grupo mais amplo de partes interessadas (stakeholders).

Entrevistas

Para aprofundar o conhecimento e entender melhor os processos, recomenda-se planejar uma série de entrevistas com grupos de pessoas que possam fornecer pontos interessantes, novas perspectivas e lançar uma nova luz sobre a situação e possíveis direções no desenvolvimento do ecomuseu. As entrevistas devem ser realizadas de acordo com o cenário previamente preparado, mas esta técnica permite introduzir mais perguntas e seguir novas ideias propostas pelo interlocutor. As entrevistas são a fonte de dados qualitativos. As entrevistas podem ser conduzidas de duas formas:

- IDI (In-Depth Interview) – conversa individual, direta com o entrevistado, traz respostas aprofundadas
- FGI (Focus Group Interview) – entrevista realizada com várias pessoas ao mesmo tempo de acordo com cenários específicos

Observação

A observação é um método de estudo planejado e regular de fenômenos e questões direta ou indiretamente relacionados ao objeto de investigação ou que o influenciam. Muitas vezes é subestimado e negligenciado como método de coleta de dados. No entanto, permite um olhar objetivo sobre a situação, desvinculado de qualquer forma de avaliação ou sentimento subjetivo. É importante realizar observações sistematicamente, pois graças a isso as tendências podem ser distinguidas de eventos isolados. As informações coletadas são confiáveis e têm valor de investigação.

Durante o diagnóstico vale a pena:

- evitar o excesso de informações e focar no objetivo principal
- usar informações para apoiar hipóteses e a melhor compreensão da situação e suas possíveis mudanças
- empregar o conhecimento dos outros
- basear-se no conhecimento reunido com a comunidade, especialistas e profissionais
- abordar conflitos, questões difíceis e controversas
- continuar a ser curioso sobre o ambiente e as pessoas.

Análise de Dados, Interpretação e Generalização

Os dados recolhidos devem ser analisados e interpretados tendo em conta o plano de desenvolvimento do ecomuseu e as potenciais ideias e soluções definidas para atingir o objetivo. Os resultados do diagnóstico são conclusões e recomendações ordenadas. Todos os dados em números e as opiniões mais relevantes que serviram de base para as conclusões e recomendações devem ser apresentados em um relatório de diagnóstico. O diagnóstico deve permitir, por exemplo:

- aprender mais sobre recursos patrimoniais,
- ver quais valores locais são importantes para a comunidade.
- descobrir o que as pessoas pensam sobre o desenvolvimento do ecomuseu (elas terão oportunidades de aprender o que é ecomuseu).
- aprender como a comunidade pode contribuir com o ecomuseu.

Interpretação do Património

Breve Descrição

Compreensão dos seguintes pontos:

- conceito de interpretação do património
- princípios de interpretação do património
- processo de interpretação do património

A interpretação do património é uma atividade educacional que visa revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, por experiência em primeira mão e por meios de comunicação ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informações factuais – de acordo com a definição de Freeman Tilden, que estabeleceu os princípios e teorias de interpretação do património em seu livro de 1957 – *Interpreting Our Heritage*. Seu trabalho com o Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos (NPS) inspirou gerações de intérpretes em todo o mundo e continua a ser um texto definitivo para a disciplina.

Diferença entre interpretação patrimonial e informação:

De acordo com Freeman Tilden, “Informação não é necessariamente interpretação, porém toda interpretação do património contém informação”. A interpretação eficaz do património não é sobre o que você diz para um público, mas sim a maneira como você diz ou apresenta. As informações apresentadas aos visitantes são apenas isso, fatos diretos; dados, especificações, categorias, números e datas. A interpretação do património é um processo direcionado ao objetivo e focado no público que alcança resultados. A interpretação usa técnicas de marketing e publicidade, estratégias de jornalismo e uma série de outras ferramentas para fornecer um resultado interpretativo. Uma interpretação bem executada é uma experiência de aprendizagem recreativa divertida, inspiradora e motivadora.

O objetivo da interpretação é melhorar e enriquecer a experiência dos visitantes dos sítios, ajudando-os a entender o significado do lugar onde estão e conectando esses significados às suas vidas pessoais. Ao tecer histórias temáticas convincentes sobre fenômenos ambientais e eventos históricos, os intérpretes levam os visitantes a aprender e pensar sobre suas próprias experiências. A interpretação eficaz permite que os visitantes façam associações entre as informações recebidas e suas percepções anteriores. A interpretação é frequentemente usada por agências governamentais e ONGs para promover a gestão ambiental das terras que administram.

Em seu livro de 1957, “*Interpreting Our Heritage*”, **Freeman Tilden** definiu os seis princípios da interpretação:

1. Qualquer interpretação que não relacione de alguma forma o que está sendo exibido com algo dentro da personalidade ou experiência do visitante será estéril.
2. Informação, como tal, não é interpretação. A interpretação é a revelação baseada na informação. Mas são coisas totalmente diferentes. No entanto, toda interpretação inclui informações.
3. A interpretação é uma arte que combina muitas artes, com materiais científicos, históricos ou arquitetônicos. Qualquer arte é, em algum grau, ensinável.
4. O principal objetivo da interpretação não é a instrução, mas a provocação.
5. A interpretação deve visar apresentar e dirigir-se a um todo e não apenas a uma parte ou fase.
6. A interpretação dirigida a crianças (digamos até aos doze anos) não deve ser uma diluição da apresentação a adultos, deve seguir uma abordagem fundamentalmente diferente. Para uma melhor apresentação, será necessário um programa separado.

A comunicação interpretativa ou comunicação para a interpretação do património não é simplesmente uma forma de apresentar informação. A interpretação do património é um processo de comunicação específico que é usado para traduzir informações brutas, da linguagem técnica do especialista para a linguagem cotidiana do público, de forma inspiradora e envolvente, para fomentar transformações duradouras e profundas no público.

O processo de comunicação interpretativa é muito mais do que a disponibilização de alguns painéis em torno de um património. A comunicação na interpretação do património é um processo abrangente e amplo que atinge profundamente as pessoas em um nível muito pessoal e significativo e deixa uma impressão positiva e duradoura que muda a maneira como as pessoas entendem e pensam sobre as coisas. A interpretação do património é uma filosofia, uma técnica de ensino, uma estratégia de engajamento e uma ferramenta de gestão.

Ao tentar entender o que é interpretação, é útil olhar para um modelo de processo de interpretação. Esse processo desenvolvido pela **equipe do HDC** é conhecido como Modelo de Interpretação Veverka ou Processo Interpretativo Veverka.

Missão e Objetivos	O 'por quê?' O que você deseja que seus programas ou serviços interpretativos realizem?
Tema, Mensagem e Histórias	O 'quê?' Qual é a principal mensagem interpretativa que você deseja que os visitantes deixem em seu programa ou atividade – e LEMBREM-SE?
Visitante	O 'quem?' Quem é o seu público-alvo – pescadores, velejadores, grupos escolares, residentes locais, turistas tradicionais, etc.
Media e Serviços	Depois de definir os seus objetivos, o seu tema e já conhecer o seu público-alvo, você precisará se relacionar com a próxima parte do processo de planejamento. Agora você precisa determinar o método para apresentar o programa e atingir os seus objetivos. Isso pode incluir: programas ao vivo, exposições no centro de visitantes, painéis interpretativos, trilhas autoguiadas ou outros serviços/mídia.
Implementação e Operações	Essa parte do processo de planejamento é onde você determina exatamente o que será necessário para fazer o programa ou serviço acontecer. Quais auxiliares de ensino você precisará para apresentar o programa? Algum material de apostila ou anexos?
Avaliação e Feedback	Parte do processo interpretativo envolve a avaliação para ver se os objetivos do seu programa foram alcançados. Existem várias maneiras de obter feedback.

A seguir estão 12 boas razões pelas quais a interpretação do património é um elemento crítico no sucesso ou fracasso dos **sítios patrimoniais**

- A interpretação do património demonstra como um bem cultural pode ter valor para o visitante.
- A interpretação do património pode inspirar os visitantes e criar um sentimento de orgulho individual e comunitário.
- A interpretação do património é a razão pela qual os visitantes visitam os sítios. Eles pagam um bom dinheiro pela história e pela experiência no lugar.
- Sem a interpretação patrimonial os sítios históricos são, aos olhos do visitante, apenas mais um sítio VELHO!
- A interpretação do património faz com que os visitantes se preocupem com o património.
- Programas, eventos e serviços de interpretação do património são os motivos pelos quais os visitantes retornam aos locais do património.
- Programas, eventos e serviços de interpretação do património podem aumentar a visita ao aumentar a percepção dos BENEFÍCIOS que os turistas recebem ao visitar um determinado património histórico.
- Programas, eventos e serviços de interpretação do património podem produzir reduções na manutenção do local e reduzir problemas negativos de gestão quando usados como uma ferramenta de gestão.
- Apresentações e programas de interpretação de património bem projetados ampliam o tempo de permanência do visitante, aumentando a necessidade de serviço de bufê e vendas em lojas.
- A interpretação do património agrega valor a qualquer experiência de turismo patrimonial e esforços de marketing de sítios históricos.

Unidades de Aprendizagem 4

Conteúdo e Gestão do Ecomuseu

Breve Descrição

Modelos de gestão de ecomuseus (sistema de gestão, equipe, comunicação e financiamento)

Modelos de funcionamento do ecomuseu. O que o Ecomuseu oferece em educação, turismo, desenvolvimento local

O processo de planejamento deve incluir vários aspectos da operação e gestão do ecomuseu e deve se adequar às circunstâncias locais (por exemplo, património, recursos humanos e institucionais).

I. CONTEÚDO

O conteúdo depende dos objetivos do ecomuseu, recursos patrimoniais, infraestrutura disponível, público, programa educacional, oferta turística.

I.1. Objetivos

Uma das questões mais importantes é a definição dos objetivos do ecomuseu. Eles determinarão o perfil do ecomuseu, direções de desenvolvimento, atividades, estrutura e sistema de gestão. Os objetivos dependem da situação e circunstâncias locais, recursos patrimoniais e seu estado, líder do ecomuseu e parceiros.

EXEMPLOS DE OBJETIVOS DO ECOMUSEU

- Salvar o património
- Interpretação do património
- Promover o património in situ
- Apoiar as atividades económicas da comunidade
- Apoiar programas escolares
- Promover o turismo
- Consolidar e valorizar a identidade local
- Organizar coleções
- Manejo do património para promover o desenvolvimento local
- Oferecer atividades
- Organizar exposições
- Promover os direitos humanos e a inclusão social
- Enfrentar desafios sociais, locais, nacionais, internacionais

Cada ecomuseu deve definir seus objetivos e missões individuais. Mesmo que possam parecer óbvios para os líderes, os objetivos e a missão devem ser especificados e escritos.

I.2. Recursos patrimoniais

Na fase de diagnóstico do património local, os recursos são identificados e analisados. Este é o ponto de partida para projetar quais recursos serão a base do ecomuseu e de que forma serão interpretados e compartilhados. Existe uma ampla gama de ferramentas e tecnologias a serem usadas para interpretar o património.

POSSÍVEIS FERRAMENTAS INTERPRETATIVAS

- Oficinas interativas
- Demonstrações, degustações
- Atividades manuais
- Jogos educativos
- Narrativa
- Reconstruções históricas
- Painéis interpretativos
- Trilhas autoprotegidas
- Exposições
- Aulas no Ecomuseu
- Palestras, apresentações
- Visitas guiadas
- Outros

RECURSOS TECNOLÓGICOS POSSÍVEIS

- Superfícies multitoque
- Quiosque interativo
- Guias móveis
- Vídeos
- Código QR
- Projeções interativas
- Jogos
- Sons / informações de som
- Realidade aumentada
- Realidade virtual
- Ecomuseu Virtual
- Gamificação

A escolha de ferramentas e tecnologias dependerá do caráter do património, recursos humanos, fundos, infraestrutura disponível, grupos-alvo....

I.3. Público-alvo

Ao projetar um ecomuseu, é importante definir o público potencial. Na interpretação do património, a mensagem deve ser formulada e fornecida de maneira relevante para o segmento específico selecionado de audiência.

Grupo alvo	Necessidades específicas
Crianças	O programa deve ser personalizado para várias faixas etárias, considerando o nível de conhecimento e habilidades
Jovens	O programa deve ser adaptado de forma atraente para este grupo (por exemplo, desafiador, incluindo competições)
Seniors	O programa deve levar em consideração possíveis limitações
Famílias	O programa deve estimular atividades em comum, envolvendo todos os membros da família
Comunidade Local	O programa deve incluir possibilidades de intercâmbio e cooperação
Estrangeiros	O programa deve incluir a comunicação em língua estrangeira (dependendo do potencial público internacional) e informações adicionais (background histórico e cultural)

I.4. Infraestrutura

A infraestrutura inclui todos os tipos de espaços internos e externos que podem ser usados para os fins do ecomuseu. Seu diagnóstico deve mostrar as potencialidades e necessidades. O próximo passo é avaliar quais recursos estão prontos para serem utilizados, e quais precisam de adaptação ou criação. As necessidades dependem das atividades planejadas e do caráter dos recursos patrimoniais a serem interpretados e compartilhados.

Infraestrutura interna	O espaço interno pode ser usado para exposições, coleções, biblioteca, local de workshop, local de treinamento/seminários, reuniões, administração, filmes/apresentações, performance teatral, arquivo, loja, etc. Também pode incluir edifícios para fins especiais (por exemplo, moinhos, forjas, castelos, padarias, fábricas, minas etc.) que podem exibir espaços equipados autênticos.
Infraestrutura externa	O espaço exterior pode incluir: jardins, parques, trilhos, percursos educativos, paisagismo específico, traçados urbanos ou rurais, monumentos, cemitérios, sítios arqueológicos, apiários, etc.

A interpretação e utilização das infraestruturas existentes devem seguir o conceito geral do ecomuseu.

I.5. Recursos humanos

Recursos humanos específicos são necessários para desenvolver o ecomuseu e seu programa educacional. Eles incluem não apenas especialistas em determinadas áreas e campos, mas também pessoas com habilidades, prática, experiência e talentos específicos. Você pode consultar o programa do ecomuseu com profissionais internos e externos, mas também precisará da comunidade local para desenvolver conhecimentos, habilidades e experiências específicas.

Especialistas e investigadores	Este grupo inclui um amplo escopo de profissionais, por ex. museólogos, arqueólogos, etnógrafos, historiadores, regionalistas, especialistas em turismo e educação (pedagogos) mas também especialistas em gestão e marketing. Você também pode cooperar com profissionais especialistas em interpretação do patrimônio. Também é importante ter os programas especiais para cooperar com os seniores, uma vez que são depositários de um conhecimento, habilidades e experiências que desaparecem.
Comunidade local	Você pode procurar artistas locais, artesãos, agricultores, produtores, bem como pessoas que cultivam tradições, costumes, músicas, canções, danças, jogos locais. É importante cooperar com pessoas que colecionam histórias locais, lendas, contos de fadas – talvez haja contadores de histórias talentosos. Você pode incluir festivais, feiras e apresentações locais, bem como cooperar com grupos de reconstrução histórica.

A cooperação de vários especialistas, técnicos, profissionais e voluntários é necessária para entregar valores educacionais confiáveis, conhecimentos e habilidades de forma atraente e envolvente.

A evolução do ecomuseu também deve estar voltada para o desenvolvimento dos recursos humanos. O programa deve ser baseado na monitorização sistemática das necessidades e adaptado de acordo com elas. Vários métodos e ferramentas educacionais podem ser usados:

Treinamentos regulares – organizados para funcionários e voluntários do ecomuseu, bem como participação em treinamentos disponíveis (pagos ou gratuitos)
Cursos online – há mais possibilidades de participar nos cursos e seminários online organizados por um vasto leque de especialistas (e.g. e-learning)
Materiais de orientação – acesso a todos os tipos de literatura e manuais profissionais
Treinamento online (por exemplo, webinar, tutoriais, vídeos) – promova e incentive a participação em vários treinamentos online
Assistência especializada no desenvolvimento de novos projetos – encontrar especialistas que possam auxiliar em novos empreendimentos, esp. introdução de métodos e abordagens inovadoras.
Troca de conhecimentos e experiências – organização de visitas de estudo a museus e ecomuseus, organização/participação em conferências e seminários.

I.6. Instalações turísticas

Além disso, o ecomuseu pode cooperar com serviços e instalações turísticas típicas, como acomodações, restaurantes e serviços de alimentação, bem como outros na área, por exemplo, aluguel de bicicletas. No entanto, é importante que esses lugares respeitem e promovam a cultura e as tradições locais (por exemplo, use recursos locais, sejam ecologicamente corretos, respeitem a paisagem cultural local, ofereçam culinária local, etc.).

II. GESTÃO

A gestão inclui vários aspetos da organização e funcionamento do ecomuseu como: caráter institucional, processo decisório, recursos humanos, comunicação, finanças, relação com a comunidade.

II.1. Caráter institucional

O caráter institucional depende das condições e possibilidades locais. Pode representar:

- um organismo público – instituição responsável pelo funcionamento do ecomuseu (e.g. um museu – Ecomuseu do Corvo, Ecomuseu de les Valls d'Àneu, um município, uma rede de museus – Rede Museológica do Concelho de Peniche)
- uma associação – neste caso, uma nova entidade é criada para gerir o ecomuseu e geralmente tem a forma de uma associação (Ecomuseo Casilino Ad Duas Lauros, Lis Aganis Ecomuseo delle Dolomiti Friulane) ou empreendimento social (Museu do Traje de São Brás de Alportel)
- entidade privada – um ecomuseu é estabelecido e administrado por empresas ou pessoas privadas (por exemplo, ecomuseu familiar)
- coletivo informal – pode assumir a forma de parceria multissetorial composta por diversas entidades (instituições públicas, organizações, empresas e pessoas) que declararam (declaração de filiação) cooperar com base em valores e padrões de qualidade comuns (por exemplo, Ekomuzeum Doliny Karpia, Ekomuzeum "Dziedziny Dunajca"). Em ambos os casos mencionados existe uma organização líder (associação) que apoia o funcionamento do ecomuseu.

Vale ressaltar que a Itália é o único país que elaborou uma lei específica relacionada ao ecomuseu.

II.2. A estrutura e o processo de tomadas de decisão

O processo decisório depende do caráter e da estrutura institucional adotada. Como o ecomuseu lida com o património valioso da comunidade, é importante usar regras democráticas e aplicar mecanismos de participação pública envolvendo a sociedade em geral no processo. A estrutura do ecomuseu pode incluir:

- Diretoria Executiva – responsável pela gestão operacional do ecomuseu
- Conselho Científico – órgão consultivo, responsável pela fiabilidade e qualidade dos entregáveis do ecomuseu
- Grupos de trabalho – responsáveis pela conceção e implementação de certos aspetos das atividades e desenvolvimento do ecomuseu (por exemplo, treinamentos, promoção, participação pública, networking, captação de recursos, etc.)
- Fã-clubes (associações de amigos) – reúne pessoas interessadas na operação do ecomuseu e prontas para apoiar.

Cada ecomuseu pode desenvolver outras unidades estruturais para tornar o sistema de operação e gestão mais eficiente e eficaz.

II.4. Comunicação

A comunicação é uma das principais questões na gestão do ecomuseu. Deve ser bem planeada e implementada sistematicamente. Inclui comunicação interna (dentro da equipe do ecomuseu e todos os envolvidos, por exemplo, voluntários) e comunicação externa tanto com a comunidade quanto com o público do ecomuseu.

Materiais impressos: folhetos, cartazes, mapas, livros, guias

Site oficial, mailing lists, blogs, guias eletrônicos

Newsletter

Aplicações de telemóvel

Materiais de audio e video

Social media: Facebook, Twitter, Instagram, Pinterest, WhatsApp

Cooperação com bloggers, influencers, instagramers

Reuniões, seminários, conferências

Networking

A lista de métodos, ferramentas e canais é aberta e os ecomuseus devem adaptá-la para que seja relevante para os grupos-alvo e a mensagem a ser transmitida seja efetiva.

II.5. Finanças

Para gerir as questões financeiras, o ecomuseu deve em primeiro lugar definir quais são os seus custos permanentes (ex. pessoal, manutenção) e os seus custos ocasionais (ex. organização de eventos, formação, edição de publicações). É essencial estimar o custo necessário para planear a captação de recursos e planear o orçamento do ecomuseu.

A capacidade financeira do ecomuseu depende de seu status e estrutura. Os ecomuseus diferem entre si neste aspeto. Enquanto alguns deles têm financiamento permanente e um orçamento anual regular, o funcionamento de outros é baseado em projetos e seu orçamento pode flutuar periodicamente, dependendo da sua atividade e eficácia. Ter o orçamento baseado em projetos significa um grande grau de independência para o ecomuseu, mas pode ser arriscado caso não seja eficaz na captação de recursos.

Em geral, os ecomuseus usam diversas fontes de financiamento:

Recursos externos (subsídios, doações e subvenções de várias instituições, organizações e empresas)

Recursos próprios (por exemplo, taxas de adesão, receitas de prestação de serviços e produtos)

Recursos comunitários (ex. doações, trabalho voluntário)

Projetos de competição nacionais (grants)

Projetos de competição internacionais (grants)

Recursos de leis de patrocínio cultural (subvenções)

O Ecomuseu depende de uma instituição externa (pública ou privada)

II.6. Relações com a comunidade local

No processo de planeamento para o desenvolvimento do ecomuseu, uma questão importante é construir e manter relações com a comunidade. Mais questões sobre este aspeto da operação do ecomuseu serão apresentadas no módulo "Participação e cidadania ativa. Processos Participativos".

II.7. Networking interno e externo

O Ecomuseu atua em uma determinada área, o que pode limitar o seu conhecimento sobre outros modelos de ecomuseus, soluções, ideias, métodos e ferramentas inovadoras. Esses conhecimentos e habilidades podem ser desenvolvidos e incrementados por meio da participação em redes. Serve também para troca de experiências e construção de comunidades de ecomuseus em vários níveis (regional, nacional, internacional). Para começar, o ecomuseu pode lançar ou participar de redes locais de entidades (públicas, privadas, sociais) para incentivar a cooperação local. O próximo passo é iniciar a cooperação com outros ecomuseus ou iniciativas semelhantes na região e no país. Se houver capacidade suficiente, os parceiros podem decidir estabelecer uma rede a tempo (recomenda-se ter uma entidade pronta para desempenhar o papel de líder/coordenador da rede). Mas você precisa estar ciente de que a participação em rede não é apenas lucrativa, mas também demanda trabalho e engajamento extra e o ecomuseu precisa de capacidade suficiente para fazer parte de uma rede.

Uma rede de instituições locais / associações

Rede de Ecomuseus no nível regional (ex. Rede de Ecomuseus da Lombardia)

Rede de Ecomuseus no nível estatal (ex. Fédération des Écomusées et des Musées de Société, Rede Italiana de Ecomuseus)

Redes Internacionais (ex. plataformas internacionais EEON, DROP)

Um bom exemplo de rede é a rede francesa – Fédération des Écomusées et des Musées de Société (<https://fems.asso.fr>) que reúne 139 membros que representam ecomuseus, museus comunitários e centros de interpretação. Outro exemplo é a Rede Italiana de Ecomuseus que publicou O Manifesto Estratégico dos Ecomuseus Italianos em 2017.

Existem também plataformas dedicadas aos ecomuseus para fomentar e incentivar o seu desenvolvimento, cooperação e o intercâmbio entre eles:

- European Ecomuseums Online Network – EEON (<https://ecoheritage.eu/european-ecomuseums-online-network-eeon/>) desenvolvido graças ao EcoHeritage: Ecomuseus como uma abordagem colaborativa para o reconhecimento, gestão e proteção do patrimônio cultural e natural
- DROPS World Platform for Ecomuseums and Community Museums (<https://sites.google.com/view/drops-platform/home>)

É importante realizar um processo de planeamento sistemático e detalhado do ecomuseu de forma participativa para:

- Permitir a boa identificação dos recursos patrimoniais de forma abrangente e avaliar o seu estado e as necessidades de melhoria e sustentabilidade
- Envolver várias partes interessadas e representantes da comunidade
- Avaliar potencialidades e capacidades, definir desafios e barreiras
- Servir para a criação da visão do ecomuseu
- Levar a determinar as atividades e tarefas para atingir as metas (implementar a visão)
- Atrair pessoas que apreciam o património e promover a cooperação
- Permitir definir necessidades: sociais, financeiras, de qualificações, organizacionais etc.
- Trazer as melhores soluções para proteger, manter e apresentar o património
- Desenvolver programas de educação que podem aumentar a consciência dos valores naturais, culturais e históricos locais e aumentar o sentimento de identidade e orgulho
- Levar a estimar e planear fontes de financiamento para garantir os recursos necessários para sustentar o ecomuseu.

Bibliografia

Referências bibliográficas

Bryman A., (2015) Social Research Methods. Oxford University Press.

Bryson, J. M., Alston F. K. (2011), Creating Your Strategic Plan: A Workbook for Public and Nonprofit Organizations, Jossey-Bass; Edycja 3.

Goodstein, L., Nolan, T., Pheiffer, J. W. (1993) Applied strategic Planning, McGraw-Hill Company.

Sarantakos, S. (2013) Social Research. Edition Fourth. Red Globe Press. (<https://books.google.pl/books?id=PCNHEAAAQBAJ&lpg=PR14&ots=t0w9PHfBM2&dq=social%20research&lr&hl=pl&pg=PR21#v=onepage&q=social%20research&f=false>)

Schwenker, B., Wulf, T., Krys, Ch. (2015) Scenario-based Strategic Planning: Developing Strategies in an Uncertain World. Springer Gabler.

Taylor, K., Verdini, G. (2021) Management Planning for Cultural Heritage: Places and Their Significance, Routledge.

Tilden, F. (1957). Interpreting our Heritage. University of North Carolina Press, North Carolina.

Veverka, J.A. (2015). Interpretive Master Planning: Strategies for the New Millennium – Philosophy, Theory and Practice.

Sitografia e exemplos práticos

- **A Sense of Place – An interpretive planning handbook.** James Carter:
<https://web.archive.org/web/20110827075420/http://www.jamescarter.cc/files/place.PDF>
- **Interpretive Plan Outline:** http://www.heritageinterp.com/interpretive_plan_outline.html
- <https://www.heritagedestination.com>
- **Fédération des Écomusées et des Musées de Société:** <https://fems.asso.fr>
- **European Ecomuseums Online Network – EEON:** <https://ecoheritage.eu/european-ecomuseums-online-network-eeon/>
- **DROPS World Platform for Ecomuseums and Community Museums** (<https://sites.google.com/view/drops-platform/home>)
- **Social Research:** <https://www.questionpro.com/blog/social-research>



Cofinanciado pela
União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International.

Participação e Cidadania ativa. Processos participativos

Introdução

Descrição do Módulo/Apresentação

Um ecomuseu é uma experiência com o objetivo de gerar engajamento social entre os habitantes de uma comunidade por meio de estratégias de participação e ativação de processos sociais. **Do ponto de vista da ecomuseologia, a participação consiste em proporcionar aos indivíduos e comunidades a oportunidade de participarem nos processos de tomada de decisão sem intermediários**, fundamentalmente nas políticas locais e nas questões que afetam as suas vidas. Nesse sentido, a participação é a assunção do poder político pelo cidadão, não a sua substituição, mas a criação de estruturas de democracia (cultural) direta.

No entanto, o conceito de participação é tão frágil quanto poderoso, tão resiliente quanto manipulável e permeável e tão único quanto etéreo. É um conceito tão polifônico quanto os conceitos de comunidade ou cidadania. As comunidades são diversas, assim como as formas de entender a participação, seus níveis e as metodologias para aplicá-la.

O principal objetivo deste módulo de formação é compreender o significado da participação na criação e gestão de ecomuseus. Para o efeito, o módulo está estruturado em torno de quatro questões essenciais:

1. *O que é participação?*
2. *Que tipos e níveis de participação existem?*
3. *Quem são os agentes envolvidos na participação?*
4. *O que é o processo de participação?*

Pretende-se desenvolver e aprofundar os mecanismos que permitem às comunidades serem um dos principais agentes na tomada de decisões para o desenvolvimento para o futuro. Para tal, privilegiar-se-ão os conceitos de cidadania, comunidade e participação na óptica da Nova Museologia e da sociomuseologia, as formas de organização da sociedade civil, as escalas de participação e as possibilidades metodológicas para a sua concretização.

Resultados de Aprendizagem do Módulo

Competências a serem adquiridas pelos alunos:

1. Aquisição e compreensão de conhecimentos de participação e cidadania.
2. Compreensão sobre os diferentes tipos e níveis de participação.
3. Capacidade de conhecer e manusear as principais metodologias de participação comunitária.
4. Capacidade de inovar nas estratégias e metodologias de trabalho comunitário.
5. Aplicação dos conhecimentos adquiridos, bem como de processos participativos.
6. Capacidade de monitorizar e avaliar estratégias de engajamento comunitário.

Participação e Ecomuseologia

Breve Descrição

Esta unidade corresponde à pergunta sobre **o que é a participação**. O objetivo desta unidade é compreender e analisar a ideia de comunidade e participação em ecomuseus. Para tanto, analisaremos em profundidade como a ecomuseologia compreende a ideia de participação e os processos comunitários.

Participação a partir do ponto de vista de um ecomuseu

A **participação cidadã** no campo do património, dos museus e da cultura pode ser compreendida de diferentes formas e com diferentes escalas, dependendo do alcance que uma população pode ter nas ações e no planeamento cultural. No nosso caso, vamos entendê-lo como o **envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil na conceção e desenvolvimento de políticas e no empoderamento para a tomada de decisões**.

O envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil na formulação de políticas tem crescido nas últimas décadas. Este não é um fenómeno novo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a democratização da cultura, as políticas unilaterais foram desaparecendo. Hoje, todo indivíduo se expressa por meio da participação, seus pilares essenciais são:

1. A participação não é questionável. Seu modelo, alcance e processos podem ser questionados, mas a participação tornou-se um "direito" derivado diretamente de um estado democrático.
2. A participação é um fato social. Participar é construir a sociedade e isso leva à construção cultural. A participação, em relação ao primeiro ponto, é um ato democrático.
3. Falar de participação significa falar de multiculturalismo. Nossas sociedades não são grupos humanos homogêneos estanques ou fechados – e nunca foram – mas um emaranhado de interconexões sociais e culturais em movimento contínuo.
4. A gestão da cultura é a gestão da participação. A gestão cultural (onde entram os museus) é a gestão de pessoas, de cidadania.

Para assumir essas premissas, devemos ter em mente que o conceito de cultura hoje e no qual se baseia a ecomuseologia: (1) é um processo social complexo que depende de inúmeros fatores, em alguns casos aleatórios; (2) está imerso na dinâmica neoliberal e de mercado, o que significa que é direta ou indiretamente mercantilizado; (3) é um território contraditório que está em contínua tensão entre o novo e o velho, identidade nacional versus identidade de grupo, intelectualismo versus popular, o que se perde e o que se preserva, etc., ou seja, a cultura não para; (4) e é um conceito e um setor contaminados, pois está intimamente relacionado com as imersões de fatores econômicos, educacionais, políticos, etc. (Baseado em López de Aguilera, 2000: 23-24).

Participação como direito dos cidadãos

A participação cidadã na elaboração, implementação e avaliação das decisões políticas não é mais uma mera opção, mas uma característica das democracias de hoje. De facto, os cidadãos assumem responsabilidades públicas voluntariamente com o objetivo de melhorar sua situação social, cultural e econômica. Além da teoria, no entanto, a realidade é de alguma forma mais difusa. Como mostra um dos últimos estudos sobre participação na Europa (BBVA Foundation's European Mindset Study for 2010), o nível de participação política e social na Europa é relativamente baixo como um todo, embora existam diferenças importantes entre os países. Em 2010, 34% dos europeus realizaram algum tipo de atividade de participação política e social, como assinatura de petições, participação em manifestações, mobilizações, etc.). A Suécia e a Dinamarca atingiram os níveis mais elevados de participação cívica, acima dos 55%, enquanto a Bulgária e Portugal, com menos de 20%, ficaram nas últimas colocações desta classificação. Os dados são semelhantes se olharmos para a adesão a associações. As sociedades dinamarquesa e sueca atingem valores de 70% em termos de participação em grupos e associações cívicas. Os países com as taxas de participação mais baixas foram a Bulgária, a Polónia, a Turquia e a Grécia (com menos de 20%).

Esses dados nos deixam com uma lacuna entre uma parte teórica, do que são ou deveriam ser as sociedades democráticas e participativas, e uma parte da realidade onde a consciência das pessoas sobre o direito à participação e seus processos é insignificante. As sociedades pós-industriais ainda enfrentam o desafio de internalizar verdadeiramente a participação a fim de manter – se não construir – uma sociedade de bem-estar, envolvida nos assuntos públicos. Um dos principais exemplos da efetiva utilização do direito de participação e demonstração de assunção do papel social dos cidadãos nos assuntos públicos é a “revolução islandesa” de 2008-2011, onde uma sociedade que forçou a demissão de um governo, colocou no banco dos réus os responsáveis pela crise e decidiu por si mesma recusar, em referendo, a aceitação das condições que lhes foram impostas para o pagamento da dívida acumulada pelas suas empresas bancárias.

Como referido no início desta unidade, a participação não é “questionável”, mas a sua definição, associada às implicações, ao seu desenvolvimento e ao impacto na realidade de um território e nas suas condições sociais, culturais e económicas, é ampla e diversificada. Também não podemos atribuir a falta de participação a um sistema administrativo e governamental que impede esse direito. Não é que os enquadramentos administrativos e legais não permitam a participação, mas sim que os cidadãos não a exigem, o que leva a uma delegação destas funções na administração. Essa dinâmica constrange as administrações em processos padronizados e burocráticos, para os quais romper com eles significa introduzir medidas inovadoras e decisões políticas “arriscadas”.

A participação do ponto de vista dos ecomuseus fortalecerá os processos de inovação dentro das dinâmicas de governança estabelecidas, recuperando espaços de envolvimento do cidadão e, claro, de diálogo com os representantes políticos e as administrações públicas.

Unidades de Aprendizagem 2

Tipos de Participação

Breve Descrição

Esta unidade corresponde ao questionamento sobre **que níveis e tipos de participação existem**. A unidade visa analisar os diferentes tipos e níveis de participação que podem ser desenvolvidos com cidadãos e comunidades.

Objetivo e Metas de participação

Vimos que o conceito de participação é polissêmico e maleável. Falamos de participação social, cultural, política, comunitária, etc., sem ter exatamente clareza dos limites entre uma e outra, e sem poder, portanto, defini-los para além das pretensões e interesses de quem decidiu fazer uma ou outra taxonomia.

No nosso caso, vamos sempre nos referir à participação no campo da cultura, que obviamente tem implicações sociais e políticas. Como vimos na Unidade 1, nosso sentido de participação visa, em última instância, o empoderamento, a quebra de hierarquias e a tomada de decisões por parte da população civil.



Ilustração 1. Objetivos de abordagens participativas. Fonte: elaboração própria baseada em Delargue, 2018: 162-163.

Todos os meios de participação devem ter como objetivo gerar processos que ajudem as organizações de ecomuseus a atender às necessidades e questões de suas comunidades e territórios, e a serem capazes de se adaptar e enfrentar os desafios das sociedades atuais: justiça social, igualdade de gênero, inclusão social, colonialidade, etc. Entendemos que os processos participativos visam construir audiências de cidadãos capazes de pensar e agir (Delargue, 2018: 162-163).

Tipos de participação

Na história dos ecomuseus, a participação sempre foi uma de suas bandeiras e proclamações, juntamente com os conceitos de 'comunidade', 'território' ou 'patrimônio'. No entanto, isso não significa que todos os ecomuseus e profissionais do ecomuseu entendam a participação da mesma maneira. Poderíamos dividir o entendimento de participação nos processos ecomuseológicos em 'participação para legitimar' e 'participação para transformar'.



Ilustração 2. Tipos e níveis de participação. Fonte: elaboração própria baseada em Rowan, 2016; Varine, 1991; e Ventosa, 2002.

A participação para legitimação consiste em processos dirigidos onde existe uma entidade orientadora das ações participativas, e a população é destinatária dessas ações. Esta categoria pode ser dividida em:

- **Informação.** Este é o nível mais básico de participação. A comunidade é informada sobre o projeto e as ações a serem realizadas.
- **Análise.** A comunidade estuda e avalia os projetos, ações e atividades. Não só são fornecidas informações sobre o que será feito, como também são geradas fontes primárias qualitativas e quantitativas para apurar a opinião da população.
- **Iniciativa.** A comunidade propõe ideias e ações. Neste nível de participação direcionada, a população é convidada para reuniões e workshops (grupos focais) para obter as suas ideias in loco e ter em conta as suas opiniões e comentários no planeamento e implementação do projeto final.
- **Apoio.** A comunidade colabora em algumas ações. No último elo de participação orientada e legitimadora, pretende-se envolver ativamente os grupos e associações na concretização das atividades e ações.

A participação transformadora se baseia no protagonismo da população e de suas organizações sociais no planejamento, execução e gestão das diferentes ações. Este tipo de participação pode ser subdividido em:

- **Cooperação.** A comunidade é corresponsável por algumas ações. Neste caso, a comunidade é envolvida para a cooperação nas diferentes tarefas sob a assessoria técnica de especialistas.
- **Gestão delegada.** A comunidade administra sob supervisão. Uma das formas de sensibilizar a população e envolvê-la na tomada de decisões e na gestão patrimonial e territorial é através da cogestão ou gestão delegada dos espaços comunitários. A este nível, os coletivos, associações, agentes e/ou a comunidade têm plena liberdade de ação.
- **Autogestão.** A comunidade é líder. Este é o nível máximo de gestão participativa da comunidade. Nesse nível, a comunidade conduz os processos, o planeamento e a gestão das ações e atividades. Considera-se o nível de pacto democrático e de diálogo horizontal entre os atores (públicos e privados) e a comunidade.

Ao gerir a participação dos ecomuseus, iremos sempre assumir que o objetivo final é alcançar um estatuto de autarquia, ou seja, o nível de participação de “autogestão” ou, na sua falta, de “gestão delegada”.

Unidades de Aprendizagem 3

Organização Social e Espaços para Participação

Breve Descrição

Esta unidade corresponde à questão de **quem participa**. O objetivo é analisar e compreender os espaços de representação e poder da sociedade civil. Se os ecomuseus fossem enquadrados num contexto global específico: os anos sessenta e setenta do século XX; a deriva da pós-modernidade fez com que as dinâmicas sociais evoluíssem e se transformassem. Assim, abordaremos, entre outros aspetos, os agentes envolvidos, as organizações coletivas, os espaços comunitários e de cogestão.

Participação cidadã e accountability

Até esta unidade falamos sobre o que é a participação, as suas tipologias, níveis e o que é considerada participação para os ecomuseus, mas: podemos participar e que implicações pode e/ou deve ter esta participação?

A existência de uma sociedade civil sólida, que é na verdade a espinha dorsal da democracia, marcada pela preocupação com a solidariedade humana, é condição obrigatória para a participação do laço que temos vindo a desenvolver. Isso significa a participação nas esferas culturais locais por meio de técnicas participativas, restringindo o papel dos especialistas e convidando a população e os cidadãos diretamente afetados pelas questões a serem abordadas (Mayrand, 2004; Varine, 1989, 1991 e 2017).

A participação tem sempre uma razão e um objetivo. Cabe aos membros da comunidade identificar as necessidades e os problemas de seu meio ambiente e da sociedade e assumir a liderança para enfrentá-los. Para tanto, entendemos a participação como um ato de responsabilidade cidadã e um ato de democracia direta em oposição à delegação. Hugues de Varine explicou-o da seguinte forma:

“Tudo o que acontece no nosso cotidiano é como se tivéssemos abdicado das nossas responsabilidades sociais a especialistas formados para o efeito (...). Daí resulta que todas as decisões fundamentais são tomadas fora de nós, enquanto a sua implementação está sujeita a regras que se impõem umas às outras (...) para o nosso próprio bem. Eles nos dizem como viver e morrer, como conduzir nossas relações com os outros ou com o meio ambiente, como consumir, como trabalhar, como usar nosso tempo livre. Eles nos protegem de nós mesmos e dos outros, dos riscos ambientais e até do imprevisto” (Varine-Bohan, 1991: 17-18).

A participação na gestão dos assuntos públicos é um direito dos cidadãos para além da sua participação como eleitores de representantes políticos. O papel social de um indivíduo – o tempo social que esse indivíduo consagra – depende do grau de consciência no sentido, conforme entendido por Paulo Freire, que se refere à capacidade de exercer uma consciência de domínio de si mesmo, de seu presente e futuro, de não ser mais um objeto, mas o sujeito do próprio desenvolvimento e da própria condição humana (Varine-Bohan, 1991: 75). Essa compreensão da participação como forma de autogestão do tempo pessoal está diretamente ligada ao direito à cultura e à liberdade cultural conforme os Direitos Universais (UNESCO, 1948). **A liberdade cultural é alcançada em um indivíduo por meio de um processo que vincula emoção com conhecimento crítico**, e cada indivíduo com seu território. Atrevemo-nos mesmo a dizer que, sem dúvida, é necessária uma responsabilidade individual para conquistar essas liberdades.

Espaços para participação

Onde os cidadãos podem exercer seu direito à liberdade cultural? **Onde se pode exercer a participação cidadã?** Na ecomuseologia, a participação é realizada considerando os espaços patrimoniais como comunitários. Os espaços comunais pertencem às teorias comunais:

“Quando dizemos que tudo que é de todos e de ninguém ao mesmo tempo pertence ao comum, estamos pensando em um bem que é retirado do mercado e que, conseqüentemente, não se rege por suas regras. Os bens comuns não podem ser assimilados à noção de mercadoria. Assim também acontece com o patrimônio, constituído por todos aqueles bens (pinturas, livros, vestígios arqueológicos, mas também rochas ou plantas) que preservamos em museus, bibliotecas ou jardins botânicos” (Lafuente, 2007: 15).

A propriedade coletiva ainda está viva e presente na legislação atual. Por exemplo, o artigo 132 da Constituição espanhola estabelece que a lei regulará o regime jurídico dos bens comunais, inspirando-se nos princípios da inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade. Por que o patrimônio cultural não pode ser regulamentado como um bem comum? Isto **poderá contribuir para a criação de instâncias de decisão política horizontais e democráticas**, apoiadas na sua gestão por diferentes agentes e instituições sociais: técnicos do patrimônio, juristas, Igreja, cidadãos, etc.

Uma solução é facilitar a gestão compartilhada desse patrimônio com organizações civis com objetivos sociais e com empresas do setor da economia social. Uma mudança na definição de patrimônio, não como um bem público, mas como um bem coletivo, comum, poderia ajudar a facilitar esse processo. A diferença é que a primeira está associada ao Estado e a responsabilidade por sua gestão cabe exclusivamente às administrações. A segunda pertence a uma “comunidade” que cuida e faz uso dela; não é apenas pública (compartilhada), mas também comum, e isso torna necessário estabelecer fórmulas consensuais de gestão, abrindo a participação a mais atores: a cidadania, por meio de associações, conselhos de bairro, fundações, cooperativas, etc. Este patrimônio é inalienável, como o eram, por exemplo, as matas comunais. Desta forma, qualquer receita gerada será sempre reinvestida para fins sociais e sem fins lucrativos. Se houver alguma utilidade, será por algum tipo de organização, fundação ou comunidade local, que podemos agrupar sob o nome de “empresas sociais de cultura e conhecimento”. Em contraste, a privatização da esfera pública, que é a solução proposta pela atual agenda neoliberal diante da crise da dívida do Estado, resulta na exploração de recursos coletivos para fins puramente lucrativos, em que as comunidades locais não costumam participar como sujeitos ativos. Estamos falando aqui das chamadas “indústrias culturais”, nas quais a cultura é tratada como mero objeto de consumo.

Por tudo isso, acreditamos que é fundamental colocar em movimento processos de experimentação e inovação social configurados como “**empreendimentos sociais de conhecimento**”. Isso significa que entendemos os espaços em três dimensões: (1) como “empreendimentos”, porque são geridos segundo uma racionalidade econômica, como desenvolvimento para a comunidade; (2) “sociais”, porque se baseiam em um modelo de gestão comunitária e não visam fins lucrativos; (3) e “de conhecimento” porque a ciência e a tecnologia são centrais no processo de pesquisa e, como apontaram Rivard e Mayrand, é um processo de Cultura Crítica, em que o conhecimento técnico e acadêmico converge com o conhecimento da comunidade. Tudo isso nos oferece um cenário propício para considerar a participação comunitária nos ecomuseus como um “laboratório”, “concebido, implementado e liderado por uma organização civil. Estamos, portanto, falando de tecnologia e inovação, mas não de uma “base tecnológica”, mas de uma “base social”, cívica, localmente ancorada e aberta. Pretende-se fazer do patrimônio o argumento central em torno do qual se põem em movimento todos estes processos de inovação social” (Fernández, Alonso e Navajas, 2015: 118).

Unidades de Aprendizagem 4

Processos Participativos

Breve Descrição

Esta unidade corresponde à questão de **como se faz a participação**. Serão explicadas as diferentes etapas para desenvolver um processo participativo.

Planeamento participativo

Definimos todos os processos de planeamento participativo como uma estratégia destinada a promover ou potenciar o impacto e o envolvimento dos cidadãos nas políticas públicas. Devemos ter em mente que o ponto de partida da participação cidadã não é metodológico (como realizá-la), mas político (para o que se promove) e que envolve valores (objetivos políticos) gerando um processo educativo para a sociedade. Recordemos neste ponto que do ponto de vista ecomuseológico, a participação não é uma opção, mas uma “razão de ser”.

O objetivo de um processo de planeamento participativo é estabelecer vínculos de comunicação entre os diferentes agentes comunitários (públicos e privados) e a própria comunidade, estabelecer um espaço de decisão democrática que sirva para construir um futuro comum e gerar consciência e cooperação – responsabilidade entre os agentes e a comunidade pela gestão e desenvolvimento territorial e comunitário. Trata-se de um processo de autarquia comunitária e que é a comunidade que faz parte do processo de tomada de decisão que envolve as políticas futuras.

Uma das formas de realizar o processo de planeamento da participação é através das cinco fases a seguir:

Fase 1: Por que e com que propósito realizamos o processo participativo?

Na gestão comunitária, e especificamente na criação de ecomuseus, é fundamental nos perguntarmos por que queremos gerar um processo de participação comunitária. Os ecomuseus comunitários são entidades que partem da ideia de transformar a realidade social em que estão inseridos, amenizando as necessidades e problemas que são diagnosticados no território. Assim, o “para quê” torna-se uma questão transcendental no projeto ecomuseológico. Um projeto de longo prazo, cujo objetivo é o desenvolvimento territorial e comunitário e que envolva a comunidade em todas as suas vertentes, não deve limitar-se a uma visão de curto prazo ou a objetivos que visam a tradicional atomização da gestão dos bens patrimoniais.

Nesta primeira fase deverá ser criado um grupo promotor, composto pelos membros da comunidade e agentes que promoveram a iniciativa do ecomuseu e também por aqueles que pretendem estabelecer o objetivo principal e a meta a atingir no processo participativo.

Fase 2: Quem vai (e quem não vai) participar do processo?

Uma vez definido e focalizado o objetivo final do processo participativo, é necessário estabelecer os atores que irão intervir. Desde seus primórdios, a teoria ecomuseológica instituiu que os ecomuseus são um pacto entre os diferentes agentes públicos e privados e a própria população (Maggi, 2004 e 2006), o que significa que a população deve participar, juntamente com os técnicos, dos diferentes grupos do ecomuseu, desde o planejamento das atividades até a execução, gestão e avaliação (Mayrand, 2004, Varine: 1991 e 2017).

Claro, devemos nos afastar das suposições utópicas de que toda a população participará. Quando falamos de comunidade estamos realmente falando de diversas comunidades, assim como quando falamos de processo participativo estamos realmente nos referindo a uma multiplicidade de processos que podem envolver toda a população ou diferentes grupos dentro da comunidade (jovens, adultos, mulheres, etc.).

Dependendo do objetivo estabelecido na Fase 1, devem ser realizadas reuniões informativas, grupos de discussão, oficinas colaborativas para detetar os agentes e membros da população que desejam e irão participar, bem como as características de sua participação: conhecimento, tempo de dedicação e comprometimento, etc. É importante lembrar que esses membros ativos também serão os destinatários finais das ações desenvolvidas.

Finalmente, a “não participação” deve ser levada em consideração. Os atores e membros da população que estão relutantes em participar do projeto são um setor crucial para considerar os parâmetros do projeto participativo e quais são as circunstâncias que os levam à não participação.

Fase 3: Como vamos fazer isso?

O processo de planejamento participativo pode abranger todo o projeto do ecomuseu (ver módulo 3), ou ações e atividades específicas. Dependendo das diferentes ações a serem realizadas, uma metodologia diferente será estabelecida. As metodologias a utilizar são desenvolvidas na unidade 5 deste módulo.

Fase 4. Quando e onde vamos realizar o processo participativo?

A metodologia estabelecida na Fase 3 do processo indicará os tempos e espaços necessários para desenvolver o processo participativo. Para o planejamento temporal, recomenda-se a elaboração de um cronograma de ações, objetivos e agentes encarregados de realizá-los. Isso nos permitirá controlar as ações e o processo de execução. Ferramentas como o Canvas são interessantes para se ter uma visão global do planejamento.

Em termos de espaços, devemos considerar aquelas localizações do território que são favoráveis para o desenvolvimento das ações e que de alguma forma estão ligadas à identidade da população. Da mesma forma, o diálogo e a colaboração com agentes públicos e privados são fundamentais para ter acesso a uma diversidade de espaços. A escolha dos espaços físicos onde decorrerá o processo participativo é de enorme importância na resposta e dinâmica das pessoas que participam, pois serão espaços de identidade e memória coletiva no futuro.

Fase 5: Que recursos utilizaremos?

Qualquer processo participativo resulta na utilização de uma metodologia específica de ação comunitária, o que implica, em última instância, a alocação de recursos para sua realização. O acesso ou a disponibilidade de diferentes recursos condicionará o próprio processo participativo, mas não a sua essência ou a finalidade estabelecida na Fase 1.

Precisamos definir quantitativamente os seguintes aspectos:

- **Recursos humanos.** Equipe técnica necessária para aconselhar e monitorizar o processo participativo.
- **Recursos financeiros.** Estabelecer possíveis fontes de financiamento e/ou alternativas para a implementação do projeto, em caso de inexistência ou insuficiência de recursos.
- **Tecnologias.** Elementos e dispositivos tecnológicos, bem como ações digitais necessárias de acordo com a metodologia a ser utilizada.
- **Recursos materiais.** Planejar todos os materiais consumíveis e inventariáveis necessários para a implementação do processo participativo.

Metodologias Participativas

Breve Descrição

A última unidade de aprendizagem segue a linha da anterior e centra-se no desenvolvimento e explicação das várias **metodologias participativas**: Oficinas Participativas, Laboratórios Cidadãos, etc.

Oficinas participativas e colaborativas

As oficinas são espaços de contraste e debate e também marcos de construção de identidade coletiva, principalmente graças aos membros mais velhos da comunidade. Concebidas como espaços de partilha de saberes através da experiência dos componentes da comunidade, estas oficinas servirão para recuperar e potenciar, numa perspetiva participativa, o saber direto dos membros do grupo comunitário. As oficinas são espaços de contraste e debate e também marcos de construção da identidade coletiva por meio do exercício da memória oral, especialmente graças aos mais velhos da comunidade.

Museografia comunitária

A exposição é um instrumento essencial para apresentar o património e investigar novas linguagens e técnicas museológicas. Com vista ao desenvolvimento de um ecomuseu, a exposição posiciona-se como um dos métodos mais úteis de apropriação patrimonial e de diálogo entre a comunidade e os técnicos-especialistas. A exposição inicia o processo de ação comunitária que conduz à sensibilização patrimonial e à construção de uma identidade através da qual a comunidade se envolve na tomada de decisões sobre o seu futuro e o do seu território. Em conclusão, o espaço museológico (comunitário) torna-se um laboratório social e cultural. Em suma, uma exposição é uma estratégia de conhecimento e comunicação que, do ponto de vista comunitário, é um método de partilha, colaboração e participação com os membros da comunidade. Deve, portanto, gerar mais perguntas, interrogações e diálogos do que respostas e narrativas fechadas.

Diagnóstico Participativo

O diagnóstico participativo é uma das ferramentas assumidas como essenciais pela maioria dos ecomuseólogos (Pierre Mayrad, Raul Méndez, Hugues de Varine, etc.), mas também é mais complexo. O diagnóstico deve ser uma das fases iniciais na criação de um ecomuseu, pois envolve pesquisar, analisar e refletir sobre: o território, o património, a identidade cultural, os problemas e necessidades do território e da comunidade. Em termos administrativos e empresariais, estaríamos perante uma análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e uma análise PEST (Política, Economia, Sociedade, Tecnologia); porém, no caso dos ecomuseus, isso deve ser feito de forma colaborativa e horizontal. Técnicos e especialistas devem interagir com a população e envolvê-la para realizar um diagnóstico realmente eficaz.

Mapas Comunitários / Mapa Paroquial

O antecedente direto dos mapas comunitários pode ser encontrado nos **Mapas Paroquiais**. A versão anglo-saxônica foi explorada pelos ecomuseus seguindo as ideias de património para a vida de Hugues de Varine (2017) e Pierre Mayrand (2009). O mapeamento comunitário ou, se preferir, o inventário comunitário é a principal ferramenta para que as comunidades locais tomem consciência do seu próprio território e do seu património. É também uma das etapas preliminares para a interpretação do património do território do futuro ecomuseu.

Investigação-Ação Participativa

A Investigação-Ação Participativa (IAP) é uma ferramenta que visa potencializar a participação e a colaboração dos membros da comunidade em ações voltadas para a transformação local. Isto implica que as pessoas devem ser parte ativa em todos os processos de intervenção, bem como na tomada de decisões. Este tipo de pesquisa visa levar em conta as necessidades e problemas sociais, mas cujas ações são realizadas por iniciativa cidadã. As suas raízes metodológicas e teóricas encontram-se nos processos pedagógicos de Paulo Freire, na sociologia militante de Orlando Fals Borda, no desenvolvimento comunitário e nos pressupostos da Cultura Crítica da Nova Museologia e da Sociomuseologia.

Cocriação

A cocriação é uma forma de gerenciamento compartilhado de projetos. Seu propósito é baseado na inovação colaborativa. Esse conceito baseia-se na partilha de ideias com coletivos e associações locais com o intuito de **gerar projetos partilhados e inclusivos**.

Laboratórios educativos e de ação social

Espaços de trabalho colaborativo, desenvolvidos por técnicos, profissionais e entidades sociais e comunitárias. O principal objetivo é gerar material pedagógico com visão de inclusão social, responsabilidade e compromisso com os mais vulneráveis ou menos representados, principalmente nas atividades desenvolvidas pelo museu. Para tal, a cooperação com os agentes **sociais (locais) é essencial**.

Laboratório Cidadão

Um laboratório cidadão é um espaço colaborativo para a produção, investigação e divulgação de projetos culturais. Esses laboratórios exploram formas de aprendizado, inovação e experimentação comunais. O objetivo é partir de uma ideia que possa ser desenvolvida de forma comunitária e que tenha **impacto direto na realidade social**.

Os laboratórios cidadãos baseiam-se na geração de propostas dos cidadãos, com a adição de colaboradores; isso gera protótipos e comunidades de aprendizagem. Todo o processo de um laboratório cidadão é documentado (com licença aberta) para que possa ser utilizado por outras comunidades: investigadores, produtores, outras iniciativas cidadãs, administrações, etc.

METODOLOGIA	NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO
Oficinas Participativas e Colaborativas	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação • Apoio • Iniciativa
Museografia Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão • Gestão delegada • Cooperação
Diagnóstico Participativo	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão • Gestão delegada • Cooperação • Apoio
Mapas Comunitários / Mapas Paroquiais	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão • Gestão delegada • Cooperação • Apoio
Investigação-Ação Participativa	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão • Gestão delegada
Cocriação	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão • Gestão delegada • Cooperação • Apoio
Laboratórios de Ação Educacional e Social	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação • Apoio • Iniciativa • Análise • Informação
Laboratório Cidadão	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão • Gestão delegada

OBJETIVOS:

- Dar voz a todos.
- Formar cidadãos capazes de engajar, pensar e agir.
- Novos temas e diversificação das fontes de conhecimento, ouvindo e tendo em conta todos os cidadãos, na sua grande diversidade.
- Criar dinâmicas de ação em torno do património.
- Construir relações sociais fortes dentro das comunidades.
- Constituir comunidades de pensamento, ou seja, "formar uma sociedade".

Fonte: Elaboração própria.

Bibliografía

Páginas web con proyectos:

- La Ponte-Ecomuséu: <https://laponte.org>
- Proyecto europeo Ecoheritage: <https://ecoheritage.eu>
- Observatorio de experiencias social y comunitarias HESIOD: <https://hesiod.eu/es/>
- Museo Montes de María: <https://mimemoria.org/>
- Museu de Favela : <https://www.museudefavela.org/>
- *Huelva te mira*: <https://www.facebook.com/huelvatemira/>
- Centro social Rey Heredia: <http://185.198.182.77:8086/>
- Universidad rural – Ecomuseo Alma Serrana: <https://lugaresmiticosdejaen.com/es/articulos/lugares/ecomuseo-alma-serrana>
- Metodología Parish Maps: <https://www.commonground.org.uk/parish-maps/>

Referências bibliográficas

- Alcalde (Gabriel), Boya (Jusèp) & Roigé (Xavier) (dir.). 2011. *Museums of Today: The New Museums of Society*. Gérone : Documenta Universitaria.
- Alonso González, P. and Fernández Fernández, J. (2013) Rural Development and Heritage Commons Management in Asturias (Spain): The Ecomuseum of Santo Adriano. *Journal of Settlements and Spatial Planning*, n.º 2, pp. 245-253
- Alonso González, P., Macías Vázquez, A. and Fernández Fernández, J. (2016) Governance structures for the heritage commons: La Ponte-ecomuséu-ecomuseum of Santo Adriano, Spain. En: Gould, P. and Pyburn, K.A. (ed.) *Collision or Collaboration. Archaeology Encounters Economic Development*. Switzerland: Springer, pp. 153-170
- Andrade (Pablo), Mellado (Leonardo), Rueda (Hugo) & Villar (Gabriela). 2018. *El Museo Mestizo. Fundamentación museológica para cambio de guion*. Santiago du Chili: Museo Histórico Nacional.
- Alberich Mistar, T. (2008). IAP, mapas y redes sociales: desde la investigación a la intervención social. *Postularía*, 8 (1), 131-151.
- Arnstein, Sherry. (1969): A ladder of citizen participation. *Journal of American Planning*, Vol. 35, No. 4, pp. 216-224.
- Arrieta Urtizberea, I (ed.) (2008). *Participación ciudadana, patrimonio cultural y museos. Entre la teoría y la praxis*. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco. Universidad del País Vasco. Bilbao
- Barbero, Josep Manuel (2005). *Trabajo comunitario, organización y desarrollo social*. Madrid: Alianza Editorial.
- Barbieri (Nicolás). 2017. Políticas culturales en los ayuntamientos del cambio. ¿Hacia unas políticas públicas de lo común? *Periférica*, 18, p. 182-191.
- Benito, Patricia Mata, et al. (ed.) (2014). *Propuestas de Investigación e Intervención desde un Enfoque Participativo*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- Camusat, P (1985). La participation: Utopie ou réalité? [Participation: utopia or reality?]. In: *Musées*, vol.8/1985(1), pp.25-26.
- Chevalier, J. M., y Buckles, D. J. (2013). *Participatory action research*. Londres: Routledge.
- Corsane, G (2006). From outreach to inreach: how ecomuseum principles encourage community participation in museum processes. En *Communication and Exploration. Actas del Forum Internacional de Ecomuseos celebrado en Guiyang (China)*, en Junio del 1 al 4 de 2005: 109-124.
- Davidson, Scott. (1998): Spinning the wheel of empowerment. In: *Planning*. Vol. 1262.
- Delargue, A. (2001). Participation. L'autopatrimonialisation d'une communauté.. *Nouvelles de l'ICOM*, vol 54, nº 1.
- Delargue, A. (dir.) (2018): *Le Musée participatif. L'ambition des écomusées*. France: La documentation Française.
- Fernández Fernández, J., Alonso González, P. and Navajas Corral, O. (2015) La Ponte-Ecomuséu: una herramienta de desarrollo rural basada en la socialización del patrimonio cultural. *La Descommunal*, revista iberoamericana de patrimonio y comunidad. Actas I congreso internacional sobre educación y socialización del patrimonio en el medio rural, vol. II, 2015, pp. 117-130.
- Lafuente (Antonio). 2007. Los cuatro entornos del procomún ». *Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura*, 77-78, p. 15-22.

- Lloveras, Eli; Martínez, Rubén; Piazuelo, Clara; y Rowan, Jaron (2009). *Innovación en cultura. Una aproximación crítica a la genealogía y usos del concepto*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Maggi, M. (2004): *Gli ecomusei in Piemonte. Situazione e prospettive*. en *Quaderni di Ricerca*, N° 103., Torino: Istituto Ricerche Economico Sociali del Piemonte (IRES).
- Maggi, M. (2006): «Ecomuseums worldwide: converging routes among similar obstacles», Guiyang (China), Actas del foro *Communication and Exploration*. Foro Internacional de Ecomuseos celebrado en Guiyang (China) del 1 al 4 de junio de 2005, pp. 63-67.
- Mateos Rusillo, S.; Marca Francés, G.; y Attardi Colina, O. (2016): *La difusión preventiva del patrimonio cultural*. Gijón: Trea.
- Mayrand, P. (2004): *Haute-Beauce. Psychosociologie d'un écomusée*, Cadernos de Sociomuseologia, nº 22, Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Mignolo, Walter (2003). *Historias locales / Diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid : Ediciones Akal.
- Nussbaum, Martha (2010). *Sin fines de lucro. Por qué la democracia necesita de las humanidades*. Buenos Aires: Katz Editores.
- Pérez Valencia, P. (2007). *La insurrección expositiva. Cuando el montaje de exposiciones es creativo y divertido. Cuando la exposición se convierte en una herramienta subversiva*. Gijón: Trea.
- Pindado, Fernando (coord.); Rebollo, Óscar; y Martí, Joel (2002). *Eines per a la participació ciutadana bases, mètodes i tècniques*. Col·lecció coordinada pel Centre per a la Participació Ciutadana de l'Organisme Autònom Flor de Maig. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- Pórtoles Górriz, Ángel (2017). *Un proyecto en red al servicio de las personas. El proyecto Patrimonio – PEU de la Universitat Jaume I*. *Cuadernu*, 5, p. 89-105.
- Prats, Llorenç (2004). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- Risler, Julia; y Ares, Pablo (2013). *Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa*. Buenos Aires: Tinta Limó.
- Rowan (Jaron). 2016. *Cultura libre de Estado*. Madrid: Traficante de sueños.
- Sandell, Richard; y Nightingale, Eithne (dir.) (2012). *Museums, Equality and Social Justice*. Londres : Routledge.
- Simon, Nina (2010). *The Participatory Museum*. Santa Cruz: Museum 2.0.
- Turgeon, Laurier (2003). *Patrimoines métissés: Contextes coloniaux et postcoloniaux*. Paris et Québec: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme / Presses de l'Université Laval.
- Varine, Hugues de (1989) *La participación de la población*, en Rivière, G. H.: *La museología. Curso de museología. Textos y testimonios: 392-395*. Akal, Madrid.
- Varine, Hugues de (1991). *L'Initiative communautaire. Recherche et expérimentation*. Mâcon: Éditions W; Savigny-le-Temple : MNES (Museologia).
- Varine, Hugues de (2017). *L'écomusée singulier et pluriel. Un témoignage sur cinquante ans de muséologie communautaire dans le monde*. Paris: L'Harmattan.
- White, Sarah (1996): *Depoliticising development: the uses and abuses of participation*. *Development in Practice*, vol. 6, No. 1 (Feb., 1996), pp. 6-15



Cofinanciado pela
União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. O conteúdo deste site reflete apenas as opiniões do autor, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.



Exceto onde estiver indicado de outra forma, o conteúdo deste site é licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International.



EcoHeritage

Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



This project has been funded with support from the European Commission. This publication reflects the views only of the author, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.